

ABMES CADERNOS

*Prêmio Top Educacional
Professor Mário Palmério 2011*



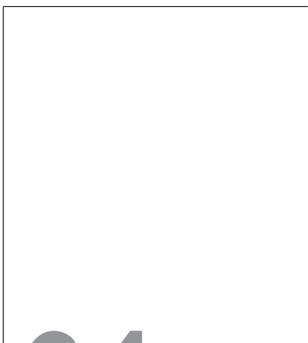
24

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior



Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2011

ABMES *Cadernos* **24**



Presidência

Presidente
Gabriel Mario Rodrigues

1º Vice-presidente

Carmen Luiza da Silva

2º Vice-presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes

3º Vice-presidente

José Janguiê Bezerra Diniz

Conselho da Presidência

Candido Mendes de Almeida
Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco
Vera Costa Gissoni
Terezinha Cunha
Paulo Antonio Gomes Cardim
André Mendes de Almeida
José Eugênio Barreto da Silva
Eduardo Soares Oliveira
Valdir Lanza
Wilson de Mattos Silva
Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo
Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza
José Antonio Karam
Fernando Leme do Prado
Daniel Castanho

Conselho Fiscal

Titulares
Julio Cesar da Silva
José Loureiro Lopes
Luiz Eduardo Possidente Tostes
Marco Antonio Laffranchi
Cláudio Galdiano Cury

Suplentes

Elizário Pereira Rezende
Jorge de Jesus Bernardo

Diretoria Executiva**Diretor-Geral**

Fabício Vasconcellos Soares

Vice-Diretor-Geral

Sérgio Fiuza de Mello Mendes

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira

Diretor Técnico

Antonio Carbonari Netto

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Calas

Diretora Acadêmica

Cecília Eugenia Rocha Horta

Organização e coordenação editorial

Cecília Eugenia Rocha Horta

Capa

G +

Revisão

Whang Pontes Teixeira
Gisele Fernandes

Editoração Eletrônica

Valdirene Alves dos Santos

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526
Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping
70 330 -911 Brasília DF
Tel. 61-3322-3252 Fax 3224-4933
www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

P925 Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2011 / Cecília Eugenia Rocha Horta, organizadora. – Brasília : Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012.
124 p. ; 21 cm. – (Cadernos ABMES ; 24)

Inclui bibliografia
ISSN 1516-618X

1. Ensino Superior. 2. Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério. I. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. II. Horta, Cecília Eugenia Rocha.

CDU 378.06.068

Sumário



Apresentação 5

Olimpíada Jurídica da Faculdade de Direito de Vitória.... 9

Paula Castello Miguel

Luísa Cortat Simonetti Gonçalves

Marcos Encarnação

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Universidade enquanto ator do desenvolvimento

local: experiência do Programa Integrado Município

Sustentável 49

Mário Vasconcellos Sobrinho

Ana Maria de A. Vasconcellos

Rose Martins Tavares

Mediação escolar - inclusão de jovens e fortalecimento

de líderes pelo diálogo e pela arte 95

Lília Maia de Moraes Sales

Apresentação



Gabriel Mario Rodrigues *

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) tem a satisfação de reunir nesta edição do ABMES Cadernos artigos dos coordenadores da proposta vencedora e das menções honrosas do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2011.

A “Olimpíada Jurídica da Faculdade de Direito de Vitória” – classificada em primeiro lugar – é uma proposta inovadora e estimuladora do estudo da ciência do direito. Por meio de novas estratégias metodológicas de capacitação do aluno da graduação e da criação de tecnologia pedagógica específica, promove o desenvolvimento do conhecimento jurídico e permite a interação entre as instituições de ensino superior do Brasil. A Olimpíada, competição de âmbito nacional entre equipes de quatro componentes, é realizada em três fases, sendo as duas primeiras

* Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor da Universidade Anhembi Morumbi.

online e a última presencial, e envolve centenas de alunos de instituições de ensino superior, públicas e privadas, de dezessete estados da Federação.

As menções honrosas foram destinadas aos projetos – Município Sustentável: “Benevides em Foco” e “Mediação Escolar – inclusão de jovens e fortalecimento de líderes pelo diálogo e pela arte”.

O Programa Integrado “Município Sustentável: Benevides em Foco” é uma proposta que concilia os objetivos básicos da Universidade da Amazônia (Unama) com as demandas dos grupos que compõem o município de Benevides (PA), área periférica da Região Metropolitana de Belém, em fase acelerada de transformação econômica e socioespacial. A Unama contribui de forma importante para a implantação de um modelo de desenvolvimento municipal sustentável, por meio da oferta de serviços, de cursos e projetos de pesquisa e extensão que contam com o envolvimento de alunos, professores e funcionários.

O Projeto “Mediação Escolar – inclusão de jovens e fortalecimento de líderes pelo diálogo e pela arte”, financiado pelo Ministério da Cultura em parceria com a Universidade de Fortaleza, foi idealizado para envolver, empoderar e transformar a vida de estudantes, entre 14 e 18 anos, de escolas públicas de Fortaleza/Ceará, pela mediação de conflitos e direitos humanos, valendo-se da arte como forte aliada no aprendizado. Os alunos participam de aulas semanais, pesquisam sobre violência e pacificação, ministram palestras, formam grupos de estudos em suas escolas, apresentam trabalhos

científicos e musicais e, por meio da arte, expressam e multiplicam conhecimentos e disseminam a paz na comunidade.

Os artigos representam valiosos subsídios para as instituições de ensino superior de todo o país que desejam, com o desenvolvimento de propostas inovadoras nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, oferecer aos alunos uma formação diferenciada que alcance as expectativas profissionais contemporâneas; reformular a perspectiva de atuação nas suas relações com o ambiente acadêmico; implantar modelos de desenvolvimento sustentável e atuar na área de direitos humanos.

Brasília, 3 de setembro de 2012.

Olimpíada Jurídica da Faculdade de Direito de Vitória

Paula Castello Miguel¹

Luísa Cortat Simonetti Gonçalves²

Marcos Encarnação³

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer⁴

Introdução

A tradição existente na área de ensino jurídico é o fato de as atividades pedagógicas realizadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) não divergirem das aulas expositivas e dos

¹ Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora e Diretora Acadêmica da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). paulacastello@fdv.br

² Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), Graduada em Direito pela FDV, Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, Graduada em Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). luisacs@gmail.com

³ Mestre em Administração Estratégica pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape), Coordenador Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Curso de Gestão e Técnica pela Escola de Turismo do Porto – Portugal. marcosencarnacao@fdv.br

⁴ Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), Mestre em Direito pela FDV, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora e Coordenadora de pesquisa da FDV, Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Doutoranda em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). elda@fdv.br

exercícios propostos que exigem do aluno apenas o conhecimento (reproduzido, não produzido) do conteúdo, ou seja, requer do discente do curso de Direito apenas o conteúdo trabalhado e desenvolvido nos mesmos moldes que foi “ensinado”

Nessa trajetória, próximo ao fim do curso, nas atividades de prática jurídica, costuma-se cobrar a elaboração de peças processuais, sendo isso o que há de mais elaborado e próximo da realidade da profissão. Inovações outras dependem do desejo e da visão pessoal dos professores, o que pode produzir uma tendência de personalização da atuação, o que a torna frágil e dispersa.

No entanto, a realidade nos apresenta marcos que anunciam a necessidade de formarmos estudantes com outras habilidades e competências e com aptidões que não a mera capacidade técnica. Assim, a busca de resultados mais efetivos e o objetivo de proporcionar uma formação diferenciada, que alcance as expectativas profissionais contemporâneas, exigem reformulações da perspectiva de atuação das instituições de ensino superior em suas relações com o ambiente acadêmico.

Desde o início de suas atividades, em 1995, a Faculdade de Direito de Vitória (FDV) investe no cumprimento das Diretrizes Curriculares postas pelo Ministério da Educação (MEC), e, sobretudo, na inovação do ensino jurídico, investindo em estratégias de ensino inovadoras. Esse compromisso com uma nova postura didática é revelado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição a qual é aplicado em sua extensão; por isso, o PPP traz explicitamente que:

as novas concepções do conhecimento e da educação supõem a elaboração de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências. Implica um ambiente pedagógico caracterizado pela adoção de alternativas metodológicas inovadoras, dinâmicas e ativas, centradas no estudante como protagonista do próprio aprendizado. (PPP-FDV, 2007, p. 17)

Nesse contexto de busca por um ensino jurídico diferenciado, com objetivos ousados e com criatividade abundante, surge a Olimpíada Jurídica. Sua ousadia é maior do que as outras atividades desenvolvidas pela instituição em razão de sua proposta tentar alcançar outras instituições de ensino superior.

O objetivo do presente texto é apresentar a Olimpíada Jurídica, ao explicitar sua concepção e execução, bem como ao expor seus resultados. Isso se dará por meio da explicitação da concepção da Olimpíada, da apresentação de cada etapa e da exposição dos resultados obtidos ao longo de sua realização.

Objetivos da Olimpíada

Por ter como objetivos a implantação da cultura de proteção aos Direitos Humanos nos graduandos em Direito, bem como o desenvolvimento de tomada de decisão, a organização do trabalho em equipe, a manifestação apropriada da oralidade e da argumentação, a Faculdade de Direito de Vitória (FDV) criou a Olimpíada Jurídica, em 2006, como projeto inovador, e desde então com a finalidade de aprimorar nos estudantes, competências necessárias ao exercício profissional, no atual e complexo mercado de trabalho.

A Olimpíada Jurídica da FDV estabeleceu, como seu objetivo geral, o estímulo ao estudo da ciência do Direito, desenvolvendo o conhecimento jurídico por meio de novas estratégias metodológicas de capacitação do aluno da graduação e a criação de tecnologia pedagógica que permita a interação entre as instituições de ensino superior do Brasil. Definiu, ainda, como objetivos específicos:

- a) promover uma competição sobre conhecimentos relacionados ao Direito;
- b) motivar o estudo na área de educação e de cultura dos direitos humanos;
- c) promover a interação entre as IES do Brasil;
- d) desenvolver, nos participantes, habilidades de solucionar problemas, por meio da transmissão crítica e da produção criativa do Direito;
- e) reconhecer a relação existente entre as diversas áreas do Direito;
- f) desenvolver, nos estudantes, a competência para integrar teoria e prática;
- g) oportunizar atuações coletivas;
- h) promover atividades que exijam habilidade de oralidade e de argumentação;
- i) estimular a capacidade de leitura, síntese, interpretação e crítica de textos jurídicos;
- j) simular situações reais que requeiram condutas técnico-jurídicas e éticas adequadas dos participantes, diante dos mais diversos casos.

A metodologia da Olimpíada Jurídica, que sempre tem por tema norteador os Direitos Humanos, leva em consideração o propósito

acadêmico, a formação humana, profissional e investigativa, juntamente com a construção de novos conhecimentos. Além disso, propõe o exercício de uma estratégia de gestão que contempla iniciativas interdisciplinares, à medida que integra várias disciplinas da estrutura acadêmica a vários setores que contribuem para a construção de um profissional do âmbito jurídico, associando diversos setores e funções da estrutura institucional, da administração, da formação, da investigação e da participação social e interinstitucional, com a articulação de participantes externos.

Ademais, proporciona um novo contato entre as IES e a sociedade em termos de associação e de criação de uma comunidade de aprendizagem, promovendo a coprodução entre os diferentes atores sociais, bem como uma sinergia entre a formação, a investigação aplicada e a extensão, desenvolvidas por meio da aprendizagem-serviço e da aprendizagem-participativa.

Direitos humanos: temática central

Os Direitos Humanos são sempre a temática central da Olimpíada Jurídica. Trata-se de tema extremamente caro à realidade jurídica e que ganhou especial relevo após a promulgação da atual Constituição Brasileira, em 1988, quando se deu a constitucionalização de muitos deles e a elevação da categoria à situação de cláusulas pétreas – o que significa que não é permitida a elaboração de normas para abolir, ou com tendência de abolir direitos humanos (art. 60, § 4º, IV, CRFB/88).

De modo bastante genérico, pode-se descrevê-los como bens importantes para todos sem distinção de gênero, de raça, de religião ou de qualquer outra natureza, os quais merecem proteção diferenciada pelo Estado e pelos cidadãos. É possível exemplificar: vida, liberdade, igualdade, educação, saúde, trabalho, dentre outros.

Percebe-se, pois, o alcance da temática, com relevância acadêmica e social, que perpassa todas as demais áreas do conhecimento jurídico. Assim, indispensável ao desenvolvimento de uma cultura de proteção dos direitos humanos, o que passa, necessariamente, por uma formação adequada e de qualidade, com educação para os direitos humanos.

Importante, dentro desse contexto, enquadrar a Olimpíada Jurídica como uma ação de Educação para os Direitos Humanos, haja vista que:

o tema da educação em direitos humanos tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito das discussões sobre as estratégias a serem adotadas para uma efetiva afirmação dos direitos humanos. As declarações de direitos, embora tragam consigo um caráter inegavelmente pedagógico, não são suficientes para que haja uma mudança radical que importe por si só, no reconhecimento daqueles direito nelas declarados [...] (PAULA, 2011, p. 170)

Iniciativas como a Olimpíada Jurídica atuam no sentido de fortalecer uma cultura de proteção e de efetivação dos direitos humanos, uma vez que “os compromissos assumidos nas declarações de direitos humanos precisam ser incorporados, de fato na cultura

da humanidade, como uma conquista histórica digna de ser cotidianamente afirmada na práxis". (PAULA, 2011, p. 170)

Em regra, quando se fala em Educação em Direitos Humanos no Brasil, tem-se, por objetivo, o empoderamento de grupos sociais menos favorecidos visando à transformação social (RABENHORST, 2008, p. 101); pensa-se em luta contra a pressão que afasta o ser humano de sua consciência de ser sujeito de direitos que o dignifiquem como pessoa humana (ABIKAIR, 2008, p. 76).

Embora a Olimpíada não trabalhe com grupos sociais excluídos, tem a finalidade de estimular o conhecimento na área de Direitos Humanos por meio de um processo de emancipação do saber, tendo em vista que, como seu público é essencialmente de alunos de direito, desse modo concretiza a proposta de educar em Direitos Humanos, em outra perspectiva.

Assim, proporcionar aos alunos de direito, futuros profissionais, da área, uma reflexão sobre os direitos humanos, sobre sua aplicação e sobre a necessidade de mecanismos de efetivação é, indiscutivelmente, um trabalho de educação na área. Esses futuros profissionais têm a oportunidade de refletirem sobre a importância dessa categoria de direitos e aprendem a usá-la como elemento central em sua argumentação.

Essa proposta está em consonância com as expectativas da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), que, ao lançar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), afirma (2006, p. 37):

A conquista do Estado Democrático delineou, para as Instituições de Ensino Superior (IES), a urgência em participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas.

Tal percepção foi transportada para a Olimpíada Jurídica, na qual não só os alunos da instituição, mas todos os participantes são instados a estudar, a aprofundar e a produzir em torno da temática dos direitos humanos e efetivamente aplicá-la em situações a eles apresentadas.

Operacionalização

Por vezes, a elaboração do projeto e o estabelecimento dos objetivos, trabalhos intelectualmente valiosos podem ser perdidos se houver uma execução ineficiente. Quando se trata de um projeto do porte da Olimpíada Jurídica, a execução ganha enorme importância. Um pequeno deslize na execução pode prejudicar todo o trabalho intelectual desenvolvido em sua elaboração e os objetivos desejados podem deixar de ser alcançados. Compartilhar os passos da execução é um dos propósitos deste texto. Tal compartilhamento tem por objetivo servir de exemplo para outras iniciativas da mesma envergadura que demandem uma execução impecável para que o projeto seja vitorioso.

O primeiro passo é a formação da Comissão Organizadora do Evento. A Diretora Acadêmica da FDV, Paula Castello Miguel, integra

a presente Comissão na condição de presidente, juntamente com os profissionais que participam em função de suas competências específicas. Marcos Encarnação, Coordenador Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FDV é o grande gestor da Olimpíada Jurídica. Essa atribuição não tem qualquer relação com as atividades de sua coordenação, a escolha foi feita em razão de seu perfil prático, objetivo e cuidadoso, tendo em vista que o mesmo gerencia todo o processo.

Integra também a Comissão o gerente de Tecnologia de Informação, Sergio Elias. A existência de fases *online* demanda grande suporte da informática e a participação direta de profissional nessa área é estratégica.

O trabalho da Comissão tem início com a elaboração de um cronograma. A experiência de seis edições torna essa tarefa bem simples. Hoje, basta adaptá-lo ao calendário do ano, uma vez que os períodos necessários entre uma e outra ação já são bastante conhecidos. Ao longo dos anos, esse cronograma foi sendo ajustado a fim de superar dificuldades encontradas nos anos anteriores. O cronograma deve ser observado fielmente. Esse é um elemento que oferece credibilidade ao evento.

No cronograma, há um período de captação de recursos e de parceiros. Desde o primeiro ano do evento, a Editora RT é parceira. Sua contribuição dá-se por meio da divulgação do evento e da participação de parte da premiação oferecida. No ano de 2012, a Olimpíada Jurídica ganha um parceiro de enorme importância, a

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através de seu Conselho Federal. Essa parceria não se realiza por meio de apoio financeiro. Trata-se de apoio institucional por meio do qual a OAB deposita sua credibilidade no evento. Haverá também apoio na divulgação.

A parceria entre as duas instituições decorre da consonância que há entre os propósitos e as ações da FDV, desenvolvidos por meio da Olimpíada Jurídica, com as finalidades e as competências da Ordem dos Advogados do Brasil, a qual deve, dentre outras coisas, “defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas” (art. 44, EOAB).

Ademais, deve-se ter em mente que compete ao Conselho Federal “dar cumprimento efetivo às finalidades da OAB” (art. 54, I, EOAB) e, sobretudo, “colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos” (inciso XV).

Para atender ao propósito de aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, a Olimpíada Jurídica convida graduandos de direito de todo o país a se lançarem numa competição desafiadora que os leva ao estudo de diversas temáticas relevantes. Adota uma metodologia inovadora que pode inspirar outros cursos jurídicos no país, promovendo maior qualidade.

Acreditamos que o envolvimento dos alunos na Olimpíada Jurídica decorra do desafio que ela proporciona. Além disso, a premiação

estimula a participação, pois, a cada ano, são escolhidos prêmios cobijados pelo público jovem – em geral, são oferecidos produtos tecnológicos.

Vale dizer que o regulamento é um importante instrumento para o sucesso da Olimpíada. Assim como o cronograma, ele já se encontra consolidado, pois sofreu ajustes ao longo dos anos. Apesar disso, a cada ano, o regulamento é revisto e, se for preciso, passará por correções necessárias.

Os trabalhos de cada ano iniciam-se com a composição da Comissão Acadêmica, responsável pela elaboração das questões das três fases. Assim, essa comissão seleciona um grupo de professores da própria instituição (a cada ano trata-se de um grupo distinto) que elabora as questões objetivas, as questões discursivas (problemas-caso) e, para elaboração do caso da 3ª etapa, em geral, reúnem-se a comissão acadêmica e a comissão organizadora que detalham todas as nuances do caso final e do elemento surpresa. É bom esclarecer que o caso, por ter uma importância expressiva para o sucesso do evento, demanda vários detalhes no processo de sua elaboração. Em virtude disso, há, neste texto, um item específico que será desenvolvido mais adiante.

Importante destacar que um dos elementos significativos para a viabilidade e para o sucesso da Olimpíada Jurídica é o sistema de informática que gerencia toda a parte *online* do evento. Para viabilizar a participação de equipes de todo o país, as duas primeiras etapas são realizadas a distância. Por isso, é fundamental possuir um sistema eficiente e seguro. Desde o primeiro ano, ainda quando

a Olimpíada ficou restrita aos alunos da FDV, tal sistema e site foram desenvolvidos. No ano de 2011, eles sofreram reformulação completa para adaptação às novas tecnologias. A cada ano, são feitas revisão e análise de suas capacidades de sustentar o evento.

A divulgação do evento conta com baixo investimento. São confeccionados cartazes que são enviados para as principais faculdades de Direito do país; enviados e-mails – setor de marketing envia para cerca de 1.500 contatos, incluindo estudantes, centros acadêmicos e coordenações dos cursos de Direito de todo o país; e há um *hotsite* contendo as principais informações da edição atual e das provas anteriores. Nos últimos anos, a força das mídias sociais facilitou a divulgação. Foi criado um perfil no *twitter* e uma *fan page* no *Facebook*. O sucesso da divulgação é confirmado pelo número de equipes inscritas e por sua dispersão pelo país – para os dados, vide o item “Resultados”.

As inscrições, que se realizam *online* e gratuitamente, têm início no segundo semestre, no início de agosto. Elas são encerradas apenas no final do mês de setembro, quando faltam aproximadamente dois dias para a realização da primeira etapa. A inscrição deve indicar todos os membros da equipe e um deles para ser o representante junto à organização da Olimpíada. Todo o contato é feito por meio do e-mail fornecido pela equipe para esse fim. Já na inscrição, a equipe recebe *login* e senha que a habilitará a ingressar no painel de controle, espaço da equipe para acompanhamento de todas as fases da Olimpíada. Neste espaço, a equipe poderá atualizar dados cadastrais, receber comunicados da organização, mudar participantes (dentro do período permitido), realizar as etapas *online*, acompanhar a apuração e a classificação.

Em dia e horário previamente designados, as equipes, com o uso de sua senha e *login*, acessam, *online*, a prova objetiva. São 4 horas para a realização de 30 questões objetivas. Seis dessas questões são indicadas e serão usadas para casos de empate. O gabarito da prova é divulgado no mesmo dia, 1 hora após o término da prova. Nessa etapa, há prazo de 24 horas após a divulgação do gabarito para interposição de recursos.

Em regra, uma semana após a realização da primeira etapa, é feita a divulgação das equipes classificadas para a fase seguinte. O prazo não é inferior em razão dos recursos. Quinze equipes são classificadas para a fase 2, que trata das questões discursivas. O acesso à prova dá-se da mesma forma que na etapa anterior. Em dia e horário previamente designados, apenas as equipes classificadas, com o uso de mesma senha e *login*, acessam, *online*, a prova discursiva. São três horas para a realização de 2 questões-caso. As questões discursivas são problematizadas. Não se trata de comando para dissertar sobre determinado tema. Na verdade, a equipe é desafiada a usar seus conhecimentos para solucionar dois problemas distintos com temáticas diversas, com várias nuances que precisam ser contempladas ao se apresentar a solução requisitada.

Além disso, o texto a ser produzido requer alguns critérios específicos, pois, apesar de tratar-se de um problema jurídico, a apresentação deve estar nos moldes de um texto técnico-científico, como se vê nos requisitos a seguir, que são exigidos dos candidatos:

- ✓ Os textos produzidos deverão estar bem fundamentados, pois trazem em si a natureza de um texto técnico científico. Desse

modo, deve-se primar por uma construção textual em que haja clareza, concisão, coerência e coesão.

- ✓ Não é permitida a existência de provas idênticas.
- ✓ O emprego de citações, se houver, no texto, deverá obedecer às normas previstas no Manual de Normas da FDV, quais sejam:

CITAÇÃO ATÉ 3 LINHAS	Corpo do texto
CITAÇÃO ACIMA DE 3 LINHAS SISTEMA DE CHAMADA	parágrafo recuado 4 cm da margem esquerda; tamanho da fonte – 10; espaçamento entrelinhas – simples. numérico, contendo a referência completa em nota de rodapé.

- ✓ Os textos deverão obedecer aos critérios de formatação a seguir:

EXTENSÃO DE CADA RESPOSTA	MÍNIMO DE 30 LINHAS E MÁXIMO DE 60.
PARAGRAFAÇÃO	Sistema brasileiro ou americano
ESPAÇAMENTO ENTRELINHAS	1,5
FONTE	Arial
TAMANHO DA FONTE	12
MARGENS SUPERIOR E ESQUERDA	3 cm
MARGENS INFERIOR E DIREITA	2 cm
PAPEL	A4
APRESENTAÇÃO DO TEXTO	Mancha gráfica deve estar justificada à direita e à esquerda

A correção das questões discursivas é realizada pela Comissão Acadêmica que recebe o material sem qualquer identificação das equipes que o elaborou. Para a correção, são usados os seguintes critérios:

CRITÉRIOS	PONTOS
1. Resolução do problema	3
2. Argumentação (construção adequada do raciocínio)	3
3. Coerência	1
4. Coesão Textual e progressão do conteúdo	1
5. Instrumentos gramaticais	2
TOTAL	10

A correção de cada prova é feita por dois professores. Um deles avalia o conteúdo específico, por meio de atribuição de pontuação aos itens 1 e 2. O outro, que é um professor de língua portuguesa, centrado na área de linguagem jurídica, avalia os itens 3 a 5. A importância do correto uso da língua portuguesa é destacada por esses itens da avaliação e por sua correção por professor de língua portuguesa.

Importante esclarecer que a FDV estabelece como uma das habilidades/competências desejadas ao seu egresso a “leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida utilização das normas técnico-jurídicas”

(PROJETO TEORIA E PRÁTICA/FDV, 2008, p. 20). Essa é mais ampla que o simples uso correto da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito, previsto no inciso V, do art. 4º da Resolução nº 9 do MEC que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito. A correta utilização da linguagem é muito trabalhada na FDV ao longo do curso, com a utilização de diversas estratégias.

Nesse rol de estratégias, está a Olimpíada Jurídica, que trabalha não só a linguagem em sua versão escrita, mas também em sua versão oral, visto que a arguição realizada pela banca, no momento da apresentação da solução do problema proposto na terceira fase, não se assemelha a uma banca de apresentação de monografia ou de dissertação de mestrado, ou mesmo algo do gênero.

Trata-se de um embate oral entre cada equipe de alunos advogados e os interessados que os contrataram. Em geral, a banca é uma mescla de pessoas que têm interesses distintos na resolução do caso apresentado. Desse modo, a habilidade de falar em público tem que ser associada, necessariamente, a de argumentar, pois é preciso apresentar respostas precisas e convincentes para os diversos tipos de situações que forem expostas durante a arguição.

Cumpra ressaltar ainda que não há a possibilidade de duplicação de provas, isto é, caso haja provas idênticas ou mesmo bastante similares, são desclassificadas automaticamente para a próxima fase. A dupla correção garante segurança no que tange a um processo sério e íntegro.

O resultado da segunda etapa é divulgado, em regra, quinze dias após a realização dessa etapa. Divulgam-se, então, as quatro equipes classificadas para a grande final. Não cabem recursos nessa fase.

Conhecidas as quatro equipes finalistas, realiza-se o sorteio da ordem de apresentação na 3ª etapa. O sorteio é feito em data e em horário previamente designado pela Comissão Organizadora e em sessão pública.

A quinze dias da grande final, o caso a ser solucionado é enviado às equipes. Registre-se que será ainda divulgado o elemento surpresa. A primeira parte se torna pública no *site* para provocar o envolvimento de terceiros.

Com um ou dois dias de antecedência, as equipes de fora do Estado começam a chegar a Vitória-ES, para a apresentação final. A Instituição junto com seus alunos oferece apoio nessa recepção. Apesar disso, os custos com deslocamento, hospedagem e alimentação são suportados pelas equipes. Tem-se notícia de que as Instituições de Ensino têm apoiado financeiramente os alunos que as representam na competição.

A terceira e a última etapa da Olimpíada Jurídica é o ápice de todo esse processo. Tudo o que o antecede tem como objetivo a sua realização com as equipes com maior qualidade. A importância dessa etapa justifica tratar de pontos altamente relevantes em itens isolados que se seguem abaixo.

Elaboração do Caso da etapa final

A preparação do caso é a tarefa que mais exige cuidado em todo o processo. A temática central a ser abordada é pensada durante meses e proposta pela Comissão Organizadora em conjunto com a Comissão Acadêmica que tematizam e detalham os vários contornos do caso. Assim, busca-se um tema novo e controverso, que inspire debate e demande estudo dos vários participantes.

A característica mais relevante a ser garantida no caso é a necessidade de tomada de decisão. O caso apresenta uma situação em aberto, inacabada, inconclusa. Isso faz com que os alunos tenham que fazer uma análise do cenário e uma avaliação dos riscos diante da decisão que sugerirão. A decisão proposta terá repercussões e eles precisarão estar prontos a responder sobre esses desdobramentos.

Essa é uma inovação significativa para alunos do curso de direito. As atividades acadêmicas que os colocam em situações simuladas, em regra, os enquadram em papéis desempenhados pelos profissionais do direito que normalmente se manifestam sobre uma situação acabada, um conflito já delineado. São poucas as situações simuladas pelos cursos de direito, em que os profissionais do direito avaliam riscos e participam da tomada de decisões.

O caso não é excessivamente extenso. Em regra, está exposto num texto com cerca de 5.800 caracteres com espaços, o que significa aproximadamente duas páginas. Essa objetividade não retira dele certo grau de complexidade.

Elementos não jurídicos integram o caso. Informações absolutamente irrelevantes também são incluídas. O que denominamos “lixo” serve para que os candidatos exercitem uma seleção do que é ou não relevante para solucionar o caso – um verdadeiro exercício hermenêutico.

Com isso, visa-se a reproduzir o mundo real quando as questões jurídicas e não jurídicas estão ligadas intimamente e precisam ser, assim, analisadas. É bom lembrar que o fato de a situação problema chegar mesclada com elementos que não são relevantes para a sua solução apenas simula, com mais intensidade, a realidade.

A dinâmica proposta só não permite que dados ou outro tipo de informação sejam acrescentados ao caso. Assim, a análise deve se ater aos elementos propostos. Por vezes, eles trabalham com menos elementos que trabalhariam se estivessem no mundo real, o que torna a solução do caso ainda mais difícil.

Elemento surpresa

As duas primeiras etapas da Olimpíada Jurídica acontecem a distância. Não há qualquer possibilidade de haver fiscalização a fim de evitar que terceiros contribuam com a equipe na resolução das questões. O mesmo acontece na primeira parte do trabalho da etapa final. O caso é recebido pelos participantes com 15 dias de antecedência e o trabalho de solução do caso se inicia sem qualquer preocupação se a equipe contará com auxílio de terceiros ou não.

Essa situação muda completamente em função da existência do elemento surpresa. Tal elemento exige um trabalho exclusivo dos integrantes da equipe e visa a garantir que o vencedor seja efetivamente a equipe que contar com os componentes que estiverem com melhor preparo e não aquela que conta com o melhor apoio.

O elemento surpresa traz informações sobre o caso que provocará uma alteração na solução proposta. Ela exigirá que os integrantes da equipe o reavaliem considerando os novos elementos apresentados. Importante registrar que o elemento surpresa não pode alterar completamente o caso, sob a pena de desestabilizar completamente a equipe e também de não haver tempo hábil para a busca de outra solução. O elemento surpresa não pode tornar irrelevante todo o estudo realizado ao longo dos 15 dias que antecederam à final. Se isso acontecesse, o processo deixaria de fazer sentido e teríamos soluções de menor qualidade apresentadas, uma vez que o prazo não seria suficiente para a formulação de uma rica solução.

O elemento surpresa é entregue às equipes 5 horas antes do horário de sua apresentação.

As equipes no Dia da Final

O sorteio que determina a ordem de apresentação tem por consequência a definição exata dos horários das apresentações. Esse intervalo é de uma hora.

Em razão disso, cada equipe tem um horário de apresentação no dia da final. Eles devem apresentar-se com 5 horas de antecedência, considerando o horário da apresentação do seu grupo. Cada equipe é recepcionada e alocada em uma sala da biblioteca da Instituição. Com 5 horas de antecedência ao horário de sua apresentação, é feita a entrega do elemento surpresa e tem-se início o confinamento. Os integrantes da equipe passam a ter acesso apenas ao acervo da biblioteca e à internet, com o acompanhamento da informática, a fim de evitar contatos com terceiros. Isso significa dizer que os mesmos não podem ter acesso irrestrito a tecnologias, nem mesmo a aparelhos que proporcionem isso, tais como, celulares, iPad, iPhone, entre outros.

Ao final desse período, é chegado o horário da grande final, quando a equipe apresentará a solução para o caso.

Banca Examinadora: composição e atuação

Desde a primeira edição da Olimpíada, quando ainda era restrita aos alunos da FDV, a banca examinadora contou com a participação de membro externo, não integrante do corpo docente da FDV. A presença do membro externo visava a garantir a isenção do resultado, uma vez que, a partir da 2ª edição, havia equipes da FDV e de outras Instituições de Ensino.

Em determinada edição da Olimpíada Jurídica, essa prática não se mostrou suficiente para transmitir aos participantes a certeza da

isenção. Em uma das edições, em que uma equipe da FDV sagrou-se campeã, um integrante da equipe que ficou em segundo lugar, de outro estado manifestou-se dizendo que a Banca não tiraria o prêmio da Instituição. Embora tenha sido um único comentário, a Comissão Organizadora, na edição seguinte, fez a composição da Banca somente com membros externos.

Outra mudança que ocorreu, ao longo das edições, foi a presença de profissionais (sem exercício acadêmico) na condição de examinadores. Nas primeiras edições, os participantes eram questionados apenas por aqueles com formação acadêmica. Nas edições seguintes, ao lado dos acadêmicos, estiveram presentes profissionais com atuação na área tratada pelo caso. Um novo desafio imposto aos participantes é saber dialogar e manifestar-se com outro tipo de interlocutor (nem sempre da área jurídica), que possui olhar diferenciado e traz para o caso o cotidiano do mercado.

Deve-se registrar, por fim, a atuação da Banca Examinadora. Os integrantes são orientados a se manifestarem como interessados no tema, como personagens que integram o caso, como alguém que quer uma solução para o problema. São orientados a não desenvolverem perguntas sobre conceitos ou entendimentos doutrinários. O foco deve ser a solução indicada pela equipe e os problemas decorrentes.

Essa orientação coloca os participantes em situação mais difícil que a encontrada efetivamente no mercado de trabalho. Eles apresentam-se como advogados contratados por um determinado interessado no caso e preparam-se para apresentar uma solução que

atenda aos interesses de seu cliente. Na apresentação, os discentes advogados são questionados por outros interessados, lados opostos na questão, que também querem ver seus interesses atendidos, o que não aconteceria no mundo real.

Critérios de avaliação

Ao final de cada apresentação, os avaliadores individualmente registram, em uma ficha, as notas que atribuem aos quesitos da apresentação. Os quesitos são os seguintes:

CRITÉRIOS	PONTOS
1. Progressão de ideias	10
2. Argumentação/Fundamentação	10
3. Solução do caso	10
4. Domínio e clareza na apresentação	10
5. Respostas a questionamentos	10
6. Envolvimento do grupo na apresentação	5
7. Comunicação visual e utilização de recursos	5
8. Postura e Apresentação pessoal	5

A avaliação se dá desde a postura e a conduta dos candidatos até a fundamentação adequada da solução proposta para o caso. Em virtude disso, há critérios relevantes, que são avaliados com notas

de 0 a 10, e critérios, não menos relevantes, que são avaliados com notas de 0 a 5. Essa modulação busca impedir que critérios formais, embora importantes, sobreponham-se àqueles relacionados à solução do caso.

Ao final de todas as apresentações, a organização da Olimpíada faz a soma da pontuação de cada equipe e, em sessão reservada, apresenta o resultado à Banca Examinadora.

Consta do Regimento da Olimpíada que, “após a apresentação das equipes, será apurado o somatório dos pontos e apresentados à banca examinadora para, em consenso, oficializar o resultado”.

A Banca Examinadora tem, assim, a faculdade de não observar rigorosamente a colocação que resulta da pontuação atribuída. De forma consensual, podem os examinadores entender que, apesar de uma determinada equipe ter recebido pontuação maior, outra teve resultado geral melhor.

Essa possibilidade não estava presente desde a primeira edição do evento. Ela foi incluída a partir de um determinado momento quando, ao final de uma edição, ficou o sentimento de que uma equipe, que restou classificada em 2º lugar, teria tido desempenho superior às demais.

A inclusão dessa regra visou conferir autonomia à Banca Examinadora e não vinculá-la obrigatoriamente às notas conferidas. As notas conferidas são importante referencial de qualidade, uma vez que busca estabelecer o grau de importância de cada quesito, apurar

o olhar do avaliador, mas não os engessa definitivamente. Diante da percepção de que as notas não foram capazes de indicar o melhor desempenho, pode a Banca Examinadora definir por outro resultado.

Embora a Banca receba tal autonomia, não se verificou até o momento a utilização dessa faculdade. Após a inserção dessa regra, a atribuição das classificações coincidiu com o resultado decorrente da somatória dos pontos atribuídos a cada equipe.

Divulgação dos resultados

Os resultados são divulgados imediatamente após a deliberação da Banca Examinadora. Todas as equipes ficam aguardando esse importante momento, quando também é feita a entrega dos prêmios e as comemorações de praxe.

Em todas as edições da Olimpíada, um representante da Comissão Organizadora fez a divulgação, com exceção do último ano, quando a incumbência foi passada para a Banca Examinadora.

Tal experiência revelou-se muito interessante. Os examinadores, antes de divulgarem as colocações, fizeram uma rica avaliação do desempenho de cada equipe. Esse retorno, feito por professores e profissionais renomados, foi bastante rico e importante para os alunos. Essa prática será repetida nas próximas edições.

Aspectos pedagógicos

O ensino jurídico na FDV se pauta por preocupações de cunho ético, pedagógico e profissional, já que visa à atuação, com excelência, do futuro operador do direito que, com conhecimento das diferentes escolas do pensamento humano e dos principais modelos teóricos do Direito, possua um “sólido conjunto de competências e habilidades para atuar na área jurídica, nas perspectivas da visão global, do agir local e do comportamento ético” (PPP/FDV, 2007, p. 18).

A Olimpíada Jurídica, em verdade, vem como uma das ações de concretização do marco pedagógico da FDV, expresso no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, que visa justamente ao desenvolvimento de competências. Desse modo, o PPP institui que:

as práticas pedagógicas e suas respectivas metodologias são validadas e adquirem significados em função da mediação pedagógica exigida pelo processo de aprendizagem, havendo a necessidade de adaptá-las, também, à consecução de competências requeridas para o perfil do profissional em formação.

A FDV tem como horizonte a capacidade do “aprender a aprender”, que supõe habilidades em organização de dados e ações, o planejamento prévio do trabalho, exercícios de aplicação, simulações, intercâmbio de informações, programas autoinstrucionais, leitura refinada de textos de distintas tipologias.

Para tanto, são apresentadas atividades que envolvem o estudante em intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, permitindo ancorá-los na reflexão-ação-reflexão. Resolução de problemas, pesquisa e experiências em instituições, projetos livres e dirigidos, debates, visitas

culturais e técnicas orientadas, “workshops” e oficinas permitem o trabalho em projetos experimentais simulados e em projetos de casos reais.

Há necessidade, também, de atividades que propiciem o desenvolvimento de competências atitudinais e das habilidades interpessoais que devem constituir-se em trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão.

A prática pedagógica, centrada em desenvolvimento de competências e habilidades, estimula o corpo docente a criar meios facilitadores da aprendizagem, o que implica permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo. (PPP/FDV, 2007, p. 17)

Tem ela a ousadia de levar para fora da instituição suas crenças pedagógicas. Propõe-se a envolver outras instituições e desafiá-las a praticar um exercício diferenciado no ensino jurídico.

Dentre as várias habilidades e competências que a Olimpíada Jurídica apresenta, como experiência inovadora de ensino, mostra-se capaz de estimular a atuação em equipe, o desenvolvimento da habilidade de sustentação oral, o autodidatismo, a promoção da interação teoria e prática, entre muitas outras habilidades que são requeridas dos discentes ao se perceberem na condição de profissionais.

Indo além, é possível observar que essa ação coaduna com os preceitos estabelecidos nas diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC) para o curso de bacharelado em Direito, as quais traduzem o pensamento pedagógico contemporâneo, que defende o envolvimento da escola na formação de um cidadão crítico e participante da mudança social.

Nesse sentido, interessante destacar que tais diretrizes curriculares, instituídas pela Resolução 9/2004, do MEC, definem que o perfil do aluno a ser formado pelos cursos de Direito deverá ser assegurado por uma sólida formação geral e humanística. Formação na qual o desenvolvimento da consciência crítica passa não apenas pela assimilação do saber elaborado e do saber teórico-científico, mas também pelo compromisso político e pelo desenvolvimento de habilidades e competências, o que pode ser identificado nos artigos 3º e 4º, a seguir transcritos:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- VII - julgamento e tomada de decisões; e,
- VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Percebe-se, pois, também, grande compatibilidade entre as ações concretizadas por meio da Olimpíada Jurídica e as diretrizes instituídas pelo MEC, nomeadamente no que tange ao perfil dos egressos que pretende formar, que tenham sólida base humanística e axiológica. Isso se dá por meio da temática e da estruturação das avaliações realizadas, as quais exigem as mencionadas capacidades de análise – sobretudo na elaboração de soluções para as 2ª e 3ª etapas –, domínio de conceitos e de terminologias jurídicas – exigido em todas as etapas, por se tratar de competição com conteúdo jurídico – e adequada argumentação jurídica, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliadas a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica – o que é exercitado na 2ª e, sobremaneira, na 3ª etapa.

Da mesma forma, pode-se concluir que todas as habilidades e as competências descritas nos incisos do art. 4º, anteriormente transcrito, são realizadas na Olimpíada Jurídica. Aliás, sob uma análise de habilidades e de competências, vislumbra-se grande parte das contribuições que a Olimpíada Jurídica tem trazido e ainda trará para o ensino do Direito.

Assim, interessante observar os comentários de Veiga-Neto (2005, p. 44) acerca do currículo:

É fato notório que, nas últimas décadas, cresceu muito o entendimento de que os currículos escolares tradicionais pareciam ter pouco ou quase nada a ver com as questões práticas da vida cotidiana dos alunos e professores. [...] Assim, vários autores e autoras se dedicaram a propor novas pedagogias e reformas curriculares que contemplassem abordagens de conteúdos e metodologias em sintonia com os contextos sociais e culturais dos alunos.

Depreende-se, portanto, a importância da vivência e da experimentação em determinadas situações típicas da vida jurídica, como apreensão de conceitos, termos e raciocínios, atuação em equipe, integração com outras instituições e, sobretudo, sustentação escrita e oral de argumentos utilizados na solução de um caso concreto, no desenvolvimento de competências e de habilidades essenciais a um profissional do Direito.

Cabe ressaltar, ainda, que a temática de Direitos Humanos, que sempre norteia as discussões da Olimpíada Jurídica, gera ambiente propício ao perfil de profissional que atue ética e axiologicamente, desejado pelas Diretrizes Curriculares do MEC e pelo PPP da FDV.

Por fim, insta salientar que todo esse embasamento e essa estrutura são compatíveis com uma educação em nosso contexto pós-moderno. A exemplificar, vale trazer um trecho de Libâneo (2010, p. 27), que explicita a necessidade da produção do conhecimento pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino, o que é tão presente na Olimpíada Jurídica:

Relativização do conhecimento sistematizado, especialmente do poder da ciência, destacando o caráter instável de todo o conhecimento, acentuando-se, por outro lado, a ideia dos sujeitos como produtores de conhecimento dentro de sua cultura, capazes de desejo e imaginação, de assumir seu papel de protagonistas na construção da sociedade e do conhecimento.

Desse modo, a proposta da Olimpíada Jurídica permite que o discente não só se aprofunde no conhecimento dos Direitos Humanos, mas também que se perceba na condição de profissional vivenciando todos os embates necessários e inerentes da profissão. Isso permite ao discente ser agente da sua própria história e produtor de conhecimento, pois assume o papel de protagonista nesta construção de uma sociedade que gera conhecimento.

Resultados

O crescente sucesso da Olimpíada Jurídica é demonstrado por seus resultados. Iniciada em 2006, como competição interna para os alunos da FDV, abriu-se no ano seguinte para o nível estadual e, desde 2007, para o âmbito federal. É possível perceber que a Olimpíada Jurídica tem alcançado seus objetivos e atingido cada vez mais estudantes, empenhados no estudo e no aprofundamento de temas acerca dos Direitos Humanos, com o desenvolvimento de competências e de habilidades pouco exploradas nos cursos jurídicos e cada vez mais integradas para esse fim, independentemente de sua IES de origem. As respostas que se têm obtido e a qualidade das produções realizadas comprovam a concretude dos resultados aqui expostos.

Interessante pontuar que, dentre os vencedores do ano de 2009, dois eram alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e ressaltaram a importância do programa de incentivo do Governo Federal. Nesse sentido, Douglas Louzada, um desses alunos, afirmou que:

o ProUni representa pra mim uma chance única de crescimento pessoal e profissional, pois me proporciona uma excelente formação acadêmica. Por meio desse programa, pelo qual obtive bolsa integral na FDV, tenho certeza de que poderei alcançar muitas conquistas, como a Olimpíada Jurídica Nacional da FDV. Por isso valorizo essa oportunidade a cada dia.

Esses resultados positivos podem ser mais facilmente visualizados por meio dos dados das edições, os quais estão dispostos nas tabelas que se seguem.

Tabela 1 – Resumo da edição 2006

EDIÇÃO 2006	
Equipes	29
Alunos	116
Estados participantes	Somente alunos da FDV
Equipe vencedora	Direito & Sociedade
	Adriano Moreira de Souza
	Aniquely Oliveira Fortunato
	Karine Kimura
	Marciel Correia de Aquino
	FDV

Tabela 2 – Resumo da edição 2007

EDIÇÃO 2007	
Equipes	35
Alunos	140
Estados participantes	Somente para o Espírito Santo
Equipe vencedora	Alexandre Charles Kiss
	Lorena Almeida Rosetti
	Naiara Guimarães Campos
	William Satoshi Yamakawa
	Pedro Víctor de Hollanda Nery
	FDV/UFES

Tabela 3 – Resumo da edição 2008

EDIÇÃO 2008	
Equipes	77
Alunos	308
Estados participantes	13
Equipe vencedora	Excelentíssimo Senhor Saruê
	Mayra Cotta Cardozo de Souza
	Guilherme Augusto Faria de Moraes Rego
	Gustavo Moreira Capela
	Pedro Felipe de Oliveira Santos
	UNB

Tabela 4 – Resumo da edição 2009

EDIÇÃO 2009	
Equipes	62
Alunos	248
Estados participantes	14
Equipe vencedora	Illuminati
	Luísa Cortat Simonetti Gonçalves Douglas Admiral Louzada Raphaela Samira Ebane Silva
	FDV

Tabela 5 – Resumo da edição 2010

EDIÇÃO 2010	
Equipes	79
Alunos	316
Estados participantes	17
Equipe vencedora	Illuminati
	Douglas Admiral Louzada Raphaela Zaze Bergami Samira Ebane Silva Samantha Leal Fraga
	FDV

Tabela 6 – Resumo da edição 2011

EDIÇÃO 2011	
Equipes	95
Alunos	380
Estados participantes	17
Equipe vencedora	Sociedade de Debates
	José Célio Belém de Pinho Filho Antônio Vitor Reis GonçalvesMello Angelo Roncalli Osmiro Barreto Arthur Nogueira Feijó
	UFC

Tabela 7 – Prêmios

	PRÊMIOS (POR EQUIPE)			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
2006	4 iPods e R\$ 4.000,00 em livros da RT	4 câmeras fotográficas digitais e R\$2.000,00 em livros da RT	4 DVD Players e R\$ 1.200,00 reais em livros da RT	R\$ 1.000,00 em livros da RT
2007	4 Palm Treo 680 e R\$ 4.000,00 em livros da RT	4 Gradiente MSI 700 e R\$ 2.000,00 em livros da RT	4 iPods Shuffle e R\$ 1.200,00 em livros da RT	R\$ 1.000,00 em livros da RT
2008	4 notebooks Dell Inspiron 1525 e R\$ 6.000,00 em livros da RT	4 Palm Treo 681 Smart Phone e R\$ 3.000,00 em livros da RT	R\$ 1.800,00 em livros da RT	R\$ 1.500,00 em livros da RT
2009	4 mini notebooks e R\$ 6.000,00 em livros da RT	4 impressoras multifuncionais e R\$ 3.000,00 em livros da RT	4 MP11 VAIC T800 e R\$ 1.800,00 em livros da RT	R\$ 1.500,00 em livros da RT
2010	4 mini notebooks e R\$ 6.000,00 em livros da RT	4 impressoras multifuncionais e R\$ 3.000,00 em livros da RT	4 iPods Shuffle e R\$ 1.800,00 em livros da RT	R\$ 1.500,00 em livros da RT
2011	4 iPads e R\$ 6.000,00 em livros da RT	4 Desktops Compaq All in One e R\$ 3.000,00 em livros da RT	4 HDs externos e R\$ 1.800,00 em livros da RT	R\$ 1.500,00 em livros da RT

Conclusão

A Olimpíada Jurídica FDV, ao ser formulada, estabeleceu objetivos de duas ordens. Parte deles busca alcançar aqueles que dela participam. Outra parte deles extrapola esses limites e visa a alcançar todo o universo do ensino jurídico.

O primeiro grupo dos objetivos, aquele que pretende alcançar seus participantes, está relacionado aos esforços empreendidos pelos participantes e que provocarão mudanças internas, o desenvolvimento de competências e habilidades. Fala-se do equacionamento de problemas, da tomada de decisão, do trabalho em equipe, da oralidade, da argumentação, da produção criativa do direito, da integração. A experiência acumulada mostra que tais objetivos são alcançados. Participar da Olimpíada Jurídica é transformador para os alunos.

No que tange ao segundo grupo, a interação entre as diversas Instituições de Ensino do país faz parte desse grupo. Esse objetivo se vê alcançado quando analisamos os números de Instituições e Estados que participaram de cada edição. O estímulo ao estudo da ciência do direito por meio de metodologias inovadoras integra também esse segundo grupo. O apoio recebido pelo Conselho Federal da OAB permite que se constate que há o reconhecimento desse potencial.

A metodologia desenvolvida pela Olimpíada Jurídica pode servir de inspiração para as Instituições de Ensino e estimular a criação para

outras metodologias. Na própria FDV, outra atividade foi desenvolvida a partir da experiência da Olimpíada Jurídica. No último período do curso, a atividade final, denominada “Formando Soluções”, inspirou-se nela. Um caso é proposto aos alunos para solução por grupos. Esse caso possui elementos de todas as disciplinas do semestre e é avaliado conjuntamente pelos professores que atribuem um conceito único que é computado em cada uma das disciplinas.

Há também a experiência de compartilharmos o conhecimento da Olimpíada com professores de outras Instituições, de outras áreas, que desejam implantar sistemática semelhante em seus cursos.

Tem-se sucesso em um projeto quando seus objetivos são alcançados. A Olimpíada Jurídica alcançou seus objetivos e vem conquistando visibilidade. Fazer com que a Olimpíada cresça em número de participantes a cada ano, envolvendo mais e mais alunos de graduação, são objetivos para o futuro. Transformar a Olimpíada em um evento internacional, trabalhado em mais uma ou duas línguas, é uma meta que está sendo trabalhada para o ano de 2013. Crescer é necessário. Ousar, fundamental.

Referências

ABIKAIR, Claudia Maria Gomes Raggi. *Direitos Humanos na Educação: um caminho à cidadania*. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Resolução nº 9/2004*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

BRASIL, Comitê Nacional de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2012.

FDV, Faculdade de Direito de Vitória. *Projeto político pedagógico*. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2007.

FDV, Faculdade de Direito de Vitória. *Projeto Teoria e Prática*. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. As Teorias Pedagógicas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos & SANTOS, Akiko (org.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. Campinas: Alínea, 2010.

PAULA, Rodrigo Francisco. Por uma educação em direitos humanos fundada em um projeto educativo emancipatório: reflexões sobre seus limites e possibilidades a partir de um diálogo entre Hannah Arendt e Boaventura de Sousa Santos. In: FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon P. (Org.). *Educação como Direito Fundamental*. Curitiba: CRV, 2011.

RABENHORST, Eduardo. O que a filosofia tem a dizer sobre a educação em direitos humanos? In: BITTAR, Eduardo C. B. (Coord.). *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Princípios norteadores para um novo paradigma curricular: interdisciplinariedade, contextualização e flexibilidade em tempos de Império. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (Org.). *Currículo e avaliação na educação superior*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2005.

Universidade enquanto ator do desenvolvimento local: a experiência do Programa Integrado Município Sustentável

*Mário Vasconcellos Sobrinho¹
Ana Maria de A. Vasconcellos²
Rose Martins Tavares³*

Introdução

O artigo objetiva mostrar como a universidade pode ser um ator proativo e contribuir para o desenvolvimento da sociedade a qual está inserida. De forma particular, o artigo discute como a parceria entre Universidade, Governo, Sociedade Civil e Iniciativa Privada pode ser uma estratégia efetiva para o desenvolvimento de um município que passa por significativas transformações econômicas e

¹ Economista. PhD em Estudos do Desenvolvimento; Professor do Programa de Mestrado em Administração (Unama) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (NUMA/UFPA). Coordenador Geral do programa integrado "Município Sustentável". mariovasc@unama.br

² Cientista Social. PhD em Estudos do Desenvolvimento; Coordenadora e Professora do Programa de Mestrado em Administração (Unama). Coordenadora e pesquisadora do programa integrado "Município Sustentável". annavasc@unama.br

³ Cientista Social. Mestre em Educação. Professora do curso de Ciências Sociais da Unama. Coordenadora executiva do programa integrado "Município Sustentável". rose.tav.@interconnect.com.br

socioterritoriais. O artigo centra-se na apresentação e discussão do Programa Integrado Município Sustentável, iniciativa da Universidade da Amazônia (Unama), em fase de implantação no município de Benevides (PA). O artigo discute os desafios de implantação de um programa integrado, interdisciplinar, com uma multiplicidade de atores envolvidos e sob a liderança de uma universidade particular.

Entende-se que a presença de uma universidade para aproximação do governo local, a sociedade civil e a iniciativa privada é um mecanismo inovador em termos de contribuição para o desenvolvimento de um município. Por muito tempo a universidade foi vista unicamente como o lócus da produção e transmissão de conhecimento. Entretanto, o papel da universidade é muito mais amplo e envolve, dentre outros objetivos, o compromisso em contribuir para o desenvolvimento do conjunto da sociedade e, em particular, para o desenvolvimento do território a qual está inserida.

O artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução e das considerações conclusivas. A primeira seção discute rapidamente o conceito de desenvolvimento local. O objetivo da seção é mostrar o quão importante é entender o local enquanto espaço de interação social e de relações socioprodutivas e culturais que determinam a consecução de um processo de desenvolvimento. A segunda seção, por sua vez, também de forma resumida, discute o conceito de capital social. O objetivo da segunda seção é mostrar que as instituições são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e de sua distribuição. A terceira seção discute o conceito de parceria, esta entendida como tecnologia social fundamental para a aproximação

entre governo, sociedade civil e iniciativa privada para a consecução de um projeto de desenvolvimento. A quarta seção apresenta o programa município sustentável, sua concepção e objetivos. A quinta seção apresenta Benevides, o município que foi escolhido para servir de território piloto do programa em função de suas condições socioeconômicas e territoriais. A sexta seção apresenta as primeiras ações desenvolvidas ou em desenvolvimento no âmbito do programa e faz algumas reflexões sobre as iniciativas na perspectiva da parceria. A sétima seção apresenta e discute os desafios de implantação da parceria para a análise territorial integrada e para o planejamento do desenvolvimento do município.

Desenvolvimento local

O local é um espaço de conexão. É no local que permeia as relações entre pessoas, instituições, conhecimento produzido e práticas políticas (BOOTH, 2003). A análise do local torna visível o papel e a forma como indivíduos, grupos sociais, instituições e organizações governamentais e não governamentais estão integradas para criação de estratégias de desenvolvimento e mudança social (KELLY & STEED, 2004; CHAMBERS, 1997). O modelo de comunidade de mudança apresentado por Kelly & Steed (2004) evidencia a importância de definição de estratégias para mediar a relação entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. Embora governos tenham direcionado consideráveis recursos em programas de desenvolvimento para o nível local, pouca importância tem sido dada ao analisar como e por que os locais respondem diferentemente. É nesse contexto que muitos programas implantados pelo governo

federal para os municípios brasileiros respondem diferentemente em termos de resultados.

O desenvolvimento municipal deve ser entendido, portanto, como uma estratégia de desenvolvimento que introduz uma metodologia pela qual se mobilizam recursos da sociedade civil em parceria com o governo e iniciativa privada para a realização de estudos sobre comunidades locais com vistas a identificação de potencialidades, prioridades e elaboração de planos integrados de desenvolvimento. Refere-se a novas formas de produção de conhecimento e de investimento em capital humano e em capital social. Vários autores como Fisher & Holland (2003) mostram que o capital social pode e deve ser usado para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento e o bem-estar social.

A literatura econômica reconhece diferentes formas de capital que, em comum, têm a possibilidade de serem acumulados. Muitas formas de capital possuem características que permitem que sejam valorados e transacionados no mercado, ou seja, o mercado determina o seu preço e a sua disponibilidade. Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento associa a acumulação de capital com o crescimento econômico.

Entretanto, entende-se que o desenvolvimento local, e nesse caso o desenvolvimento municipal, está relacionado com os fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado (MARTELETO, 2001). O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local. Este é marcado pela cultura do contexto

em que se situa e é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que se interagem e se apresentam de formas conectadas.

O município, como um espaço construído, é parte do significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que o compõem – nos âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural – em relação aos diferentes agentes presentes nas diversas escalas econômicas e políticas (do local ao global). Falar em desenvolvimento municipal requer pensar em um projeto integrado no mercado e na sociedade. Todavia, não se pode negar que o local é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Capital social

A incorporação do conceito de capital social representa um avanço epistemológico na tentativa de construir novas categorias de análise para compreender o porquê de determinados locais responderem melhor do que outros em processos de desenvolvimento. Por meio do entendimento do capital social pode-se compreender o desenvolvimento municipal e, ao mesmo tempo, avaliar a realidade social do município por intermédio, por exemplo, de metodologias de análise territorial integrada que facilitem intervenções sociais e econômicas pelos agentes de desenvolvimento. É por meio desse tipo de análise que se pode entender a relação dinâmica dos processos sociais (tais como valores, normas de confiança e participação) com a lógica dos resultados econômicos relacionados à

produção e conservação ambiental. As reflexões sobre capital social, em geral, partem da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Bourdieu (1993) & Putnam (1996) enfatizam que as instituições e o sistema social são elementos-chave para a solução de problemas de acesso aos benefícios econômicos produzidos e de sua distribuição. Putnam (1996), por exemplo, analisa as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local. Putnam (1996), Olson (1965) e Ostrom (1990, 2002) demonstram que os aspectos social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva.

O capital social articula, agrega, considera “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 27). Bebbington & Farrington (1997) argumentam que o capital social não está ligado somente a heranças históricas e culturais. Segundo esses autores, o capital social pode ser criado. Quanto maior forem os segmentos participantes da formação do capital social, maior será a chance de êxito nas relações entre indivíduos e grupos sociais diferentes sem interesses comuns imediatos, ampliando as oportunidades de escolha por parte dos indivíduos e, conseqüentemente, alargando as possibilidades de geração de renda e promoção do desenvolvimento.

O crescimento econômico tem sido tema central de debates políticos recentes no Brasil. Seja por estratégias diferentes ou por oportunidades conjunturais, ainda é tímido, nesse campo, o discurso de defesa de um projeto mais amplo de desenvolvimento, que tenha como meta a melhoria efetiva da qualidade de vida das coletividades locais. Há sim a defesa do fortalecimento da educação básica e da saúde pública, sem a necessária conexão destas a um plano de efetivas mudanças nas condições de vida de significativas parcelas a quem este discurso se dirige. O prosseguimento de discursos que não se transformam em políticas públicas efetivas tem causado, inclusive, um perigoso distanciamento da sociedade civil da sociedade política. A sociedade civil deve ser entendida como o *locus* privilegiado para as transformações sociais, em processos que contemplem o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais, no que respeita a sua autonomia e capacidade de participação social protagonista (MELLO, 2007, p.4).

É evidente o papel da sociedade civil como protagonista do processo de transformação social. Isso acontece através das organizações próprias de cada sociedade e de cada localidade, sejam sindicatos de trabalhadores, associações de moradores, universidades ou outra forma reconhecida pela população local. Resguardar e fortalecer a autonomia própria das organizações com as quais se constroem projetos de desenvolvimento municipal é condição necessária para o sucesso dos mesmos. Vemos, portanto, como componente desse conceito a ideia de ação autônoma da sociedade civil e, mais do que autonomia, a ideia de ser protagonista das ações, ou seja, atuar no sentido daquilo que se deseja, coletivamente, atingir. Entretanto, há de se considerar o papel relevante dos entes parceiros sem os quais o desenvolvimento não se efetiva – o governo e a iniciativa privada.

Parceria

O conceito de parceria tem uma infinidade de interpretações e uma multiplicidade de significados (McQUAID, 2000). Como princípio, o conceito envolve cooperação, confiança e sinergia entre indivíduos e organizações para alcançar um objetivo comum. Sob esse princípio, parceria é concebida como a relação entre dois ou mais atores sociais que juntam diferentes recursos para atingir um objetivo que seja de interesse de todos aqueles que nela estão envolvidos.

Parceria é a forma de organização na qual o envolvimento dos atores sociais depende da existência de confiança (FOWLER, 1997; HARRIS, 2000) e auto-organização (HARRIS, 2000). Nesse contexto, o motivo de se promover a parceria não está vinculado a ganhos materiais ou a coerção dos parceiros, mas pelo senso de uma proposta comum que está alicerçada em relações de confiança entre os atores sociais. Harris (2000) sugere que esse é o 'tipo ideal de cooperação' e Fowler (1997, 1998) defende a ideia de que a parceria construída sob as bases da confiança é a 'autêntica parceria'.

Para entender a parceria na perspectiva do desenvolvimento municipal é necessário compreender os vários pontos que agem interativamente na sua construção e implementação. Dentre esses pontos estão a competição política, a capacidade de gerenciamento das organizações e as redes de relações (*networks*) institucionais existentes.

A compreensão da parceria como uma eficiente 'tecnologia social' de ação coletiva para o desenvolvimento municipal somente pode ser realizada se análises e evidências empíricas estiverem por trás da hipótese de perfeita sinergia (EVANS, 1997) e das relações sem

conflito que se estabelecem entre os atores sociais envolvidos. Nesse contexto, questões importantes que emergem são: quais fatores influenciam na formação e desempenho de uma parceria? Quais fatores contribuem e inibem o desenvolvimento de uma parceria? Quais tipos de ações coletivas têm sido construídos? Ações coletivas com coordenação centrada na universidade podem refletir os interesses e prioridades das organizações locais para o desenvolvimento municipal? Para examinar espaços de interação entre universidade, governo, sociedade civil e iniciativa privada é necessário questionar como esses espaços foram criados, com quais interesses e quais são os termos de engajamento dos atores sociais.

Um dos argumentos usados para a construção de parceria é que esta é uma nova estratégia de ação coletiva que diminui o desequilíbrio de poder dentro de um sistema social (FOWLER, 1997). Parceria é entendida como um mecanismo que promove o empoderamento dos desempoderados (ou, como é mais comumente debatido, dos excluídos socialmente), uma vez que a parceria permite que os desempoderados contribuam com seus conhecimentos, informações e habilidades para a elaboração de programas, projetos e ações que os afetam (FARRINGTON; BEBBINGTON, 1993).

Em sentido pragmático, poder é a capacidade de as pessoas terem acesso e controle do processo pelo qual decisões são feitas, particularmente decisões que afetam suas próprias vidas. O empoderamento, nessa perspectiva, é feito através do acesso dos desempoderados ao espaço político. Os desempoderados assumem um papel ativo na reconstrução do espaço público,

ajudando na criação de um espaço político propício para implantação de políticas que sustentarão o processo de desenvolvimento nos quais estão envolvidos. Empoderamento, neste caso, focaliza-se na transformação da estrutura de organização de sociedade. Isso significa que regras e recursos têm que ser alcançados para que haja troca das prioridades e para que atendam aos interesses dos indivíduos desempoderados.

A priorização aos desempoderados significa dar a eles a chance de atender a seus próprios interesses e prioridades através do acesso a recursos e às instâncias de decisão. Nesse caso, o argumento para construção de capacidade não está somente em aprender habilidades e ter acesso a informações científicas, entendido como primeiro estágio do empoderamento (NELSON; WRIGHT, 1995), mas em atuar nos espaços onde ocorrem as relações assimétricas de poder. A expansão do 'poder para' para o ponto onde as pessoas ganham 'poder sobre' tem sido descrita como o segundo estágio do empoderamento (NELSON; WRIGHT, 1995). Assim, a parceria objetiva fortalecer a relação entre a sociedade civil e a governança local através da participação dos desempoderados dos territórios nos mecanismos de governança.

Programa Integrado Município Sustentável: espaço criado para promoção de parceria para o desenvolvimento municipal

Visando a contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade na qual está inserida, a Universidade da Amazônia criou

o programa integrado “Município Sustentável”. Trata-se de uma proposta que concilia os objetivos básicos de ensino, pesquisa e extensão da universidade com os anseios e demandas das diversas coletividades que compõem os territórios municipais. O programa “Município Sustentável” está ancorado em uma estratégia de desenvolvimento endógena e participativa que visa à mobilização de organizações da sociedade civil, empresariais e instituições governamentais e não governamentais em torno da elaboração e execução de um plano de desenvolvimento territorial para os municípios do estado do Pará. Alia-se a concepção de que a partir da parceria entre o governo, a sociedade civil e a iniciativa privada pode-se construir um projeto de desenvolvimento municipal que priorize as coletividades locais.

Sob o programa, a Universidade da Amazônia coloca à disposição dos municípios paraenses a sua capacidade instalada de pesquisa e extensão para construir e acompanhar seus planos de desenvolvimento territorial, assim como executar atividades de extensão que estejam dentro do escopo de suas ações. Para as atividades que estão fora de suas linhas de ação, a Universidade da Amazônia se apresenta como membro articulador e parceira. Seu objetivo é ser um ator do processo de desenvolvimento. Na realidade, a Unama se apresenta para ser um ator proativo e mediador das relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Para dar início a essa proposta, a Universidade da Amazônia escolheu o município de Benevides para ser a área-piloto do programa. Dentre outras razões que serão explicadas mais adiante,

o município de Benevides foi o que apresentou entre 2000 e 2010 o maior crescimento demográfico da região metropolitana de Belém. O programa 'Município Sustentável' assume cinco pressupostos básicos: primeiro, o desenvolvimento municipal sustentável é um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida das coletividades locais. Segundo, o desenvolvimento municipal sustentável tem um caráter multidimensional e abrange aspectos econômicos, sociais, ambientais, territoriais, culturais e político-institucionais. Terceiro, o município faz parte de um contexto mais amplo de sociedade que envolve o estado, a região, o país e o mundo. Quarto, o desenvolvimento municipal é produto da relação dinâmica de todos seus atores sociais que envolvem organizações locais e governamentais, comunidades e empresas atuando sob a concepção da governança. Quinto, a universidade, enquanto produtora de conhecimentos deve se portar como um ator social proativo à construção de uma nova sociedade. Entretanto, reconhece que o projeto de uma nova sociedade deve ser concebido e assumido sustentavelmente pelos agentes do Estado e da sociedade civil.

Assim, o objetivo central do programa é contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento municipal sustentável através da geração de conhecimentos técnicos e científicos, do suporte ao planejamento municipal e do oferecimento de serviços técnicos, jurídicos, social e cultural no âmbito da extensão universitária. No contorno desse objetivo central, o programa tem como objetivos específicos: (a) realizar uma Análise Territorial Integrada (ATI) do município selecionado a fim de entender a estrutura econômica, social, ambiental, territorial, cultural e político-institucional e

suas interconexões; (b) identificar as vocações, potencialidades e fragilidades que influenciam no contorno do desenvolvimento municipal e no atendimento das necessidades e demandas das coletividades locais; (c) elaborar, em conjunto com os atores sociais locais, um plano municipal de desenvolvimento sustentável (PMDS); (d) oferecer, no âmbito de extensão universitária da Unama, serviços técnicos e jurídicos, social e cultural; (e) articular, junto a organizações governamentais, não governamentais, de fomento, de pesquisa e universidades, parcerias para implantação do plano de desenvolvimento municipal sustentável.

O programa está ancorado em uma metodologia interdisciplinar que envolve diferentes procedimentos metodológicos para a análise territorial integrada (ATI), elaboração do plano municipal de desenvolvimento sustentável (PMDS) e para definição dos projetos de ações de desenvolvimento a serem priorizadas no município (Proações).

Os procedimentos da ATI envolvem a elaboração de diagnósticos e mapas temáticos em sete dimensões, a saber: (1) Econômica; (2) Sociocultural; (3) Educacional; (4) Território e Meio Ambiente; (5) Saúde; (6) Político-Institucional; e, (7) Direitos Humanos. Dentre os temas específicos que esses envolvem estão: renda, produção, infraestrutura, pobreza, estratificação social, saúde, educação, saneamento, habitação, demografia, cobertura vegetal, unidades de conservação, participação política, organização política, segurança pública, conflitos urbanos e rurais e potencialidades culturais. Esses temas refletem o caráter multidimensional de um município sustentável. O diagrama que segue demonstra a complexidade do programa.

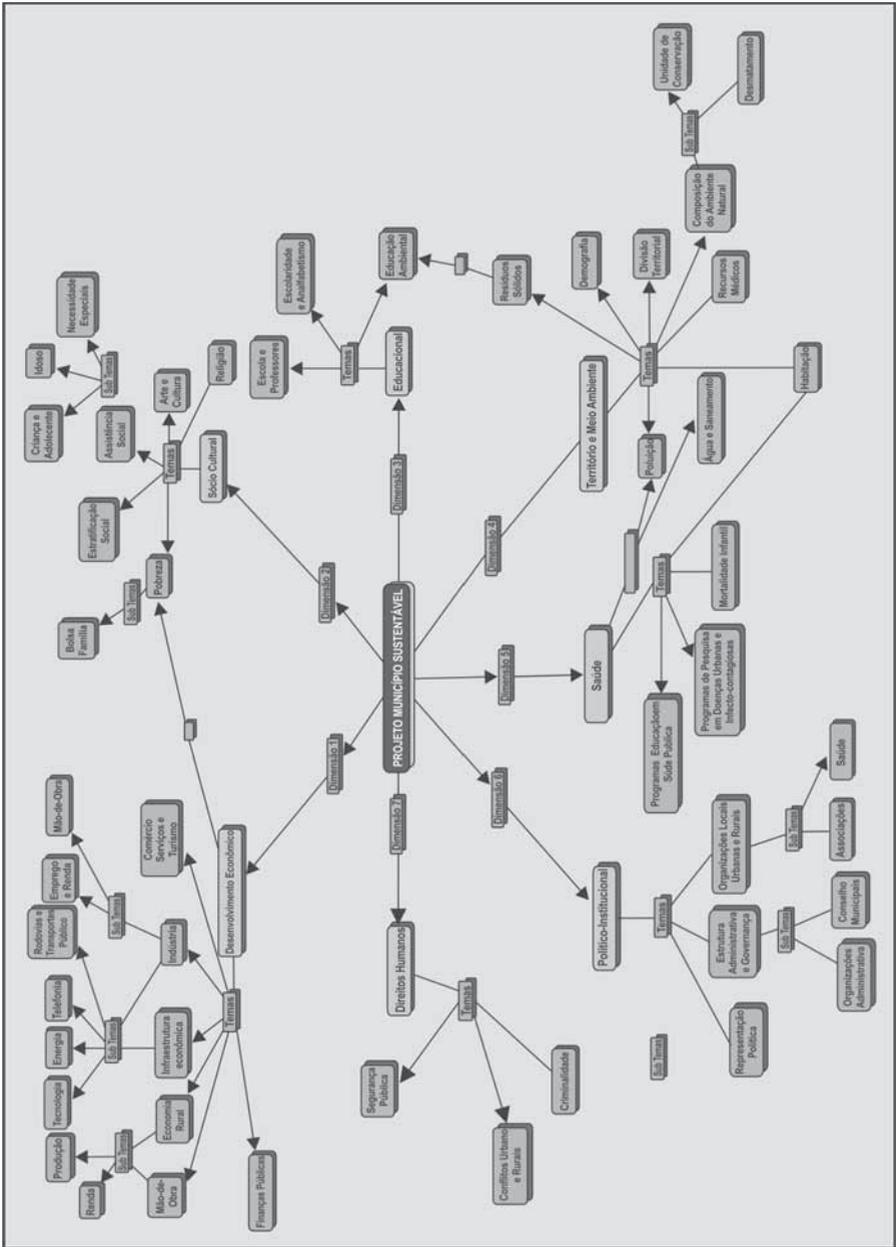


Figura 1 – Diagrama das áreas de análise do Programa Município Sustentável

Fonte: Projeto Município Sustentável 2010

Os diagnósticos e mapas elaborados pela ATI são considerados para elaboração do PMDS a partir de discussões dos resultados com as diversas coletividades locais do município. O PMDS, ainda em fase de planejamento, tem como base a metodologia do planejamento participativo em que as diversas coletividades locais apresentam suas necessidades e demandas para serem contempladas nos horizontes de curto, médio e longo prazo. Utiliza como ponto de partida o Plano Diretor do Município, instituído pela Lei Municipal nº 1.031/06, de 11 de outubro de 2006, e outros planos já elaborados para o município.

O Proações tem se desenvolvido sob três perspectivas. A primeira perspectiva ocorre pelo oferecimento de serviços de extensão por parte da Unama, em que a universidade coloca à disposição do município primeiramente as ações nas áreas de saúde. Essas ações têm por objetivo aproximar o programa do município e mobilizar as coletividades locais a se engajarem em um projeto municipal de desenvolvimento sustentável. A segunda perspectiva ocorre pelo oferecimento de serviços de extensão, ainda por parte da Unama, que estão sendo identificadas pela ATI a partir das necessidades e demandas das coletividades locais. Essas ações se dão exclusivamente nas áreas que fazem parte do escopo de trabalho e da capacidade instalada da Unama. A terceira perspectiva ocorre pelo oferecimento de serviços por parte de outras instituições governamentais e não governamentais que se engajaram como parceiras do programa e município, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Proações se desenvolve dentro de um processo de conquista da confiança da sociedade local com o projeto da Unama.

Para consecução do programa, a Unama escolheu a Região Metropolitana de Belém, a região mais populosa do estado do Pará e principal área de atuação da universidade e, em particular, o município de Benevides. A Unama tem colocado à disposição do programa um grupo de pesquisadores, professores e alunos da instituição que tomam o município como área de pesquisa e ações de extensão. Assim, concebe-se a integração do conhecimento científico com a realidade concreta e da universidade com a sociedade.

A perspectiva de integração do programa se dá sob vários prismas. Primeiro, a integração entre as diversas áreas de conhecimento. O programa tomou como princípio que todas suas atividades devem ser implantadas por um conjunto de pesquisadores, professores e alunos de diversos campos de conhecimento. Os problemas (e, conseqüentemente, suas soluções) de um município são, por natureza, complexos e não podem ser respondidos sob uma única disciplina. Segundo, pela integração dos professores e alunos da graduação e pós-graduação. A construção coletiva do conhecimento deve ser um norte para a formação profissional. Terceiro, a integração ensino-pesquisa-extensão como princípio da universidade enquanto corpus único para formação de capital humano.

Benevides: município em acelerado processo de transformação territorial

Segundo dados do IBGE (2010), a Região Metropolitana de Belém (RMB) é a região mais populosa do estado do Pará com

2.101.883 habitantes. Essa região é composta por seis municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Barbara e Santa Izabel.

Do conjunto dos municípios da RMB Benevides é o que tem apresentado nos últimos 20 anos a maior modificação na sua estrutura socioeconômica e territorial. Em 1991, Benevides apresentava uma taxa de urbanização de apenas 12,21% e em 2010, segundo dados do IBGE (2000, 2010), essa taxa chegou a 55,98%. A população municipal cresceu de 35.546 habitantes em 2000 para 51.651 em 2010 (IBGE, 2000, 2010), o que correspondeu a uma taxa média superior a 4% ao ano – a segunda maior dentre os seis municípios metropolitanos.

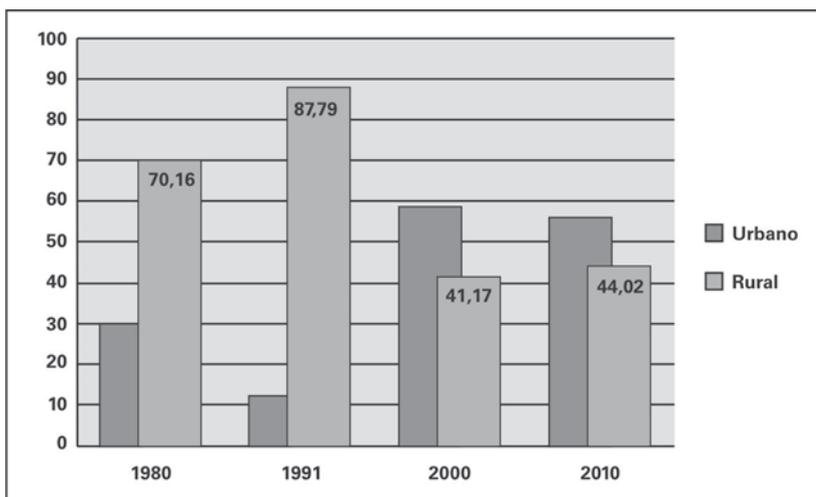


Figura 2 – Taxa de Urbanização – Benevides

Fonte: IBGE, Censos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 1 – Evolução Demográfica da Região Metropolitana de Belém (RMB)

Município	1980	1991	2000	2010
Belém	341.289	1.244.689	1.280.614	1.393.399
Ananindeua	26.742	88.151	393.569	471.980
Marituba	---	---	74.429	108.246
Benevides	9.743	68.465	35.546	51.651
Santa Bárbara	---	---	11.378	17.141
Santa Isabel	—	—	—	59.466
Total	377.774	1.401.305	1.795.536	2.101.883

Obs: Benevides perde parte considerável de seu território e de sua população com a criação dos municípios de Marituba (em 1994) e Santa Bárbara (em 1991). Belém perde parte de seu território para Ananindeua na redefinição de limites entre ambos os municípios que ocorreu em 1991. Santa Isabel do Pará somente passou a fazer parte da RMB em 2010.

Isso demonstra um acelerado processo de crescimento populacional e de espraiamento da população advinda de Belém, Ananindeua e Marituba em direção a Benevides dentro de um processo de expansão e periferização urbana, assim como do aumento de imigrantes advindos de outros estados do nordeste do Brasil, em particular do estado do Maranhão (IBGE, 2000, 2010). Esses fenômenos têm provocado um adensamento populacional no município de Benevides. Isso pode ser ratificado pela densidade demográfica. Tomando como referência a proporção de habitantes

pela área total do município, o que se observa é uma significativa alteração para maior na densidade demográfica entre os anos de 2000 e 2010, conforme se observa na tabela 2 que segue. Esse se explica pelo aumento da população total do município.

Tabela 2 – Densidade Demográfica segundo Estado e Município

Localidade	População		Densidade	Demográfica
	2000	2010	2000	2010
Estado do Pará	6.192.307	7.581.051	4,97	6,07
Benevides	35.546	51.651	187,87	275,00

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000, 2010.

Consequentemente, crescem as ocupações urbanas dentro e/ou em direção a Benevides e multiplicam-se as demandas econômicas e sociais por parte dessa população fazendo com que Benevides se apresente, então, como periferia pobre da Região Metropolitana de Belém. A análise da distribuição espacial da renda média dos responsáveis por domicílios em nível de setor censitário do ano 2000 mostra que a maior parte (aproximadamente 60%) dos setores censitários da cidade de Benevides encontra-se na faixa de renda mais baixa da RMB, ou seja, com valor abaixo de R\$300,00.

Um aspecto relevante, observado na população de Benevides diz respeito à estrutura etária. Os dados do censo 2010 indicam que aproximadamente 59,6% têm menos que 30 anos de idade. Desses, 40,04% têm menos de 20 anos de idade. Isso demonstra uma predominância de uma população jovem que acaba por desafiar o

poder público para a construção de políticas públicas efetivas de educação e de geração de trabalho e renda para a faixa populacional entre 16 e 29 anos de idade.

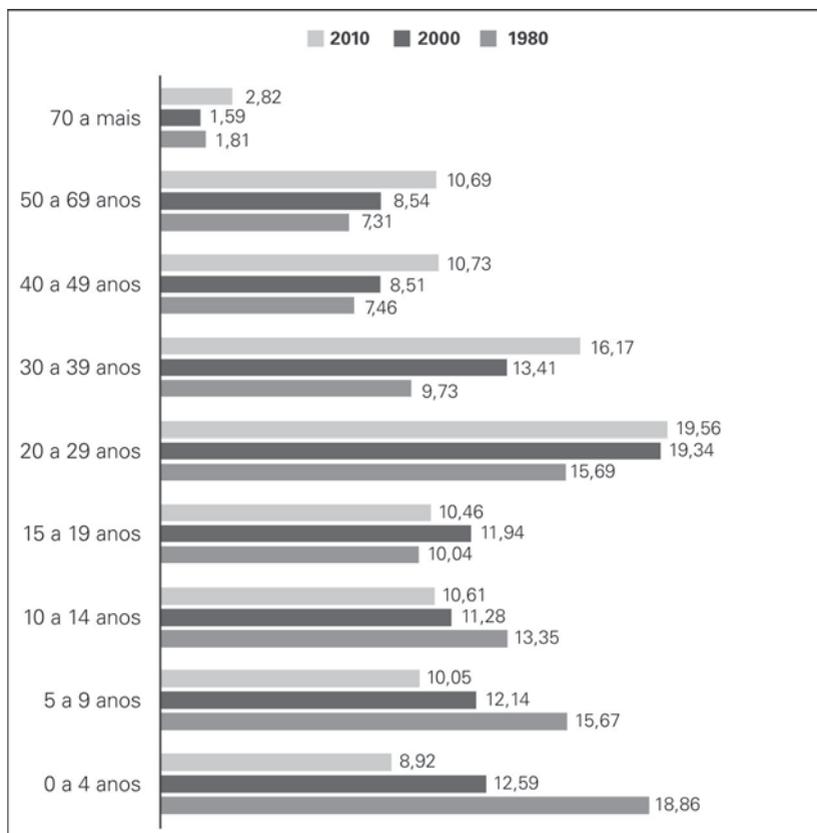


Figura 3 – Percentual da População de Benevides segundo faixa etária

Fonte: IBGE 1980, 1991, 2000 e 2010

O Plano Diretor do Município (BENEVIDES, 2006) divide o território em cinco distritos: Benevides (sede), Murinim, Paricatuba, Santa Maria e Taiassuí. Além da sede, o município possui três outras aglomerações urbanas: Benfica, Murinim e Santa Maria. Tais

aglomerações possuem relativa autonomia funcional em relação à sede do município, visto que boa parte de sua população trabalha ou realiza outras atividades (estudos, compras etc.) fora do município, especialmente no núcleo metropolitano, caracterizando-as como “áreas-dormitório”. Isso acaba por enfraquecer as relações funcionais com a sede municipal, cujo resultado é organização urbana territorialmente fragmentada, típica de municípios situados em periferias metropolitanas.

Estudos do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazom, 2007) indicam que o crescimento da cidade de Belém e seu espraiamento foram responsáveis pela extinção de áreas verdes, aterramento de áreas baixas, nivelamento do solo e redução dos espaços de igarapés que cortavam o sítio urbano de Belém. Tais fatores têm sido apontados como responsáveis pela redução dos cursos d’água e das áreas naturais de inundação margeantes aos rios que, por consequência, provocam as inundações mais frequentes dos sítios urbanos da cidade. Os estudos reconhecem a necessidade das cidades em ritmo de crescimento urbano acelerado a se prepararem, em planejamento (Plano Diretor e Plano de Desenvolvimento Sustentável), para as modificações territoriais e transformações sociais advindas do crescimento populacional.

Dados da Caixa Econômica do ano de 2006 apontavam 7.176 famílias pobres com perfil para enquadramento no programa Bolsa Família em Benevides. Entretanto, somente 4.233 estavam cadastradas no programa naquele ano. No ano de 2009 (mês de dezembro) 3.079 famílias receberam o benefício, o que representa um total de 9.804 pessoas diretamente beneficiadas, ou seja, 21% do total da população estimada para o mesmo ano. Dados do MDS indicam 8.542 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais

do Governo Federal (CadUnico) o que, se considerada a média de pessoas por domicílio (4,13), existem aproximadamente 35.299 pessoas pobres no município, ou seja, mais de 65% da população. Por todos os dados acima, evidencia-se que o município apresenta um grande número de pessoas em situação de pobreza que precisam ser contempladas pelo programa de transferência direta de renda ora em desenvolvimento pelo Estado nacional.

Os dados sobre pobreza são corroborados pelas estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2007 que registravam somente 4.662 pessoas ocupadas na iniciativa privada, ou seja, aproximadamente 15% da População Economicamente Ativa de 2007. Embora se saiba que o Cadastro Central de Empresa envolva apenas as empresas do mercado formal, esse quadro mostra a baixa absorção de mão-de-obra por esse segmento de mercado apesar do crescimento no número de admitidos nos postos de trabalho do município.

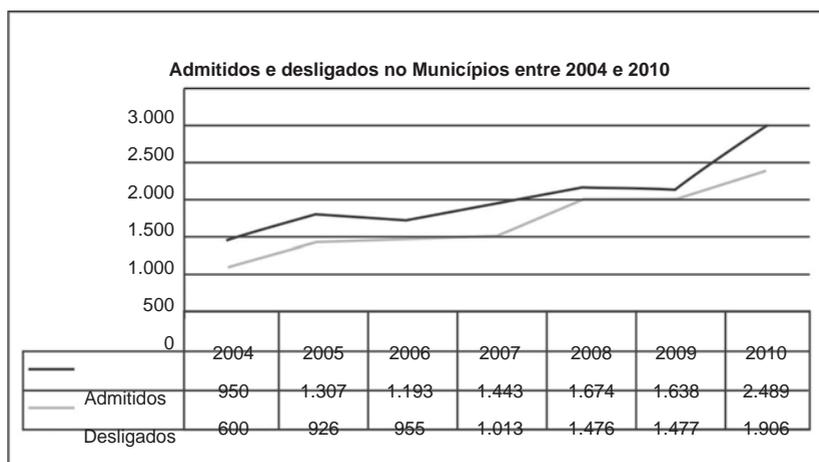


Figura 4 – Mão de obra admitida e desligada no município

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE 2010

Em termos de saúde pública, o município oferece apenas um hospital geral privado e um hospital especializado, dois postos de saúde e 11 unidades básicas de saúde públicas para o conjunto da população. No entanto, os dados revelam que mesmo o setor estatal tendo número mais elevado de unidades de atendimento básico, os leitos para internação se concentram em apenas uma unidade hospitalar da iniciativa privada, contando o município com um total de 142 leitos para internações, sendo 86 instalados na unidade do setor privado e 56 em unidades estatais, fazendo uma média de 3,0 leitos por grupo de mil habitantes (embora esse dado tenha que ser relativizado em função do porte econômico do município e de sua população total. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava em 2002, em média, 4,5 leitos por grupo de mil habitantes. Ainda na área de saúde os dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS, 2009) revelam que 30,5% dos nascimentos de crianças são de mães com idade entre 10 e 19 anos e que 42% do total de partos realizados no município no ano de 2008 foram partos por cesarianos. Além disso, a maior taxa de causa de mortes são as provocadas por doenças do aparelho circulatório (29,5%). Já no que se refere à atenção básica, apenas 10% da população do município foi coberta pelo programa de Agente Comunitário de Saúde no ano de 2008 (DATASUS, 2009).

Outras constatações do município de Benevides foram possíveis serem feitas a partir de levantamentos primários. De modo geral, tais constatações corroboram com os dados sobre o processo acelerado de urbanização, com ocupações repentinas de áreas públicas e privadas. Especificamente em Benevides são vários os locais com esse tipo de situação: (a) nas áreas mais densamente povoadas e urbanizadas, próximas ao centro urbano da sede e do

distrito de Benfica; (b) áreas nas proximidades da zona rural, de maior produção agropecuária; (c) áreas com maior presença de pequenas comunidades, conhecido como 'área periurbana', mas que não se caracterizam como áreas totalmente rurais, nem tampouco estão nos aglomerados urbanos, são 'áreas de transição' entre os aglomerados urbanos e áreas de produção agropecuária; (d) áreas das marginais de estradas e rodovias principais que passam pelo município. Essas últimas áreas estão sendo ocupadas por populações pobres e migrantes que assentaram no município e que hoje demandam, do setor público, serviços de educação, saúde, assistência, proteção social, segurança, obras de infraestrutura de fornecimento de água, tratamento de esgoto, pavimentação de ruas, construção de equipamentos públicos, dentre outros. De fato, essas ocupações, junto com as já existentes em áreas periféricas, se destacam por concentrarem habitações precárias e/ou insalubres, construídas de forma improvisada. Elas são expressões da pobreza e de outros indicadores sociais negativos como mostrado nos dados do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os dados preliminares acima analisados apontam carências econômicas e sociais significativas no município de Benevides que tendem a piorar com o crescimento populacional acelerado que ora se apresenta. Assim, entende-se ser necessário que Benevides, o município com maior crescimento demográfico da região metropolitana de Belém, busque mecanismos de ordenamento territorial e planejamento do desenvolvimento para atender as demandas econômicas e sociais crescentes do município e conduzir uma lógica de desenvolvimento alicerçada na sustentabilidade.

As ações do Programa Município Sustentável em Benevides

O programa Município Sustentável iniciou formalmente com a assinatura de um protocolo de cooperação entre a Unama e a Prefeitura de Benevides, em junho de 2010. Nesse protocolo, caracterizado como a primeira parceria formal para a consecução do programa, a Unama se dispõe a levar a sua competência de pesquisa e extensão instalada e o governo local a providenciar apoio logístico para as ações do mesmo. A assinatura desse protocolo foi antecedida por uma série de discussões em âmbito interno na universidade e com os primeiros atores convidados à discussão – os secretários municipais de Benevides.

As primeiras ações do programa ocorreram logo após a assinatura do protocolo de cooperação. Destaque-se dentre elas as oficinas destinadas às jovens de 10 a 19 anos sobre sexualidade e prevenção a gravidez. Como apresentado na seção anterior, 30,5% dos nascimentos de crianças são de mães com idade entre 10 e 19 anos. De fato, essas oficinas vieram ao encontro de uma demanda da Secretaria de Saúde do município que precisava desencadear um programa de educação e orientação sexual sob a perspectiva de diminuir o tão elevado índice de gravidez na adolescência. A equipe de professores e alunos da Unama foi composta pelos cursos de serviço social, enfermagem e psicologia. A perspectiva da temática e a concepção do programa é tratar os assuntos sob a lógica interdisciplinar. Embora as seis oficinas realizadas tenham atendido 196 adolescentes, é difícil mensurar a efetividade da ação para a transformação dessa realidade. Todavia, essa ação se caracterizou

como de fundamental importância para aproximação do programa ao público jovem do município.

Ainda no contexto da saúde, foi desencadeada a ação denominada “habitação saudável”. Essa ação teve como objetivo capacitar os 130 agentes comunitários de saúde dos cinco distritos do município para identificar na habitação os fatores de risco para a saúde da população, em especial da população mais carente e atendida por esses agentes. Essa ação resultou em um diagnóstico geral das habitações das populações atendidas pelos agentes comunitários de saúde e os fatores de risco mais comuns que afetam a saúde dessa população. Destaque-se nessa ação a participação de líderes comunitários que levantavam junto com os agentes comunitários de saúde tais fatores de risco. Embora o objetivo do diagnóstico tenha sido subsidiar a Secretaria de Saúde do município de informações sobre a relação habitação-saúde no município e, assim, contribuir para ações governamentais planejadas nessa área.

A ação “habitação saudável” resultou na capacitação de todos os agentes comunitários de saúde sobre o assunto assim como propiciou aos líderes comunitários e famílias envolvidas no levantamento, conhecimentos e informações de como minimizar fatores de risco na saúde a partir de cuidados na habitação. Exemplos simples de como evitar a proliferação de insetos na casa foram repassados para a população. Nessa ação, a população local não atuou apenas como beneficiária, mas também como parceira efetiva do programa ao levantar dados e informações importantes para o diagnóstico.

Sob a perspectiva de construção dos elementos da sustentabilidade, foi ofertado para técnicos da prefeitura municipal um curso introdutório sobre sistema de informação geográfica. Esse curso teve dois objetivos centrais. Primeiro, capacitar os técnicos para utilizar tal ferramenta como apoio a organização e espacialização de dados sobre o município, a exemplo de áreas com maiores incidências de determinadas doenças, áreas de adensamento populacional, áreas de elevado nível de degradação ambiental, dentre outros. Segundo, capacitar os técnicos para a realização de diagnósticos específicos que subsidiem a elaboração de projetos para captação de recursos juntos aos órgãos de financiamento e fomento. A sustentabilidade, sob a perspectiva do programa Município Sustentável, envolve a capacidade dos agentes do governo em ter condições de elaborar diagnósticos e projetos que visem solucionar problemas específicos das coletividades locais. Essa ação será complementada por um curso de elaboração de projetos para captação de recursos. A ideia principal é dar autonomia para que os próprios agentes municipais sejam capazes de elaborar projetos e captar recursos. Mais adiante será ofertado, também, um curso de gestão de projetos.

Outra ação inicial do programa foi direcionada para a cultura. A exposição de obras de arte e pintura do acervo da Unama denominada "sítio histórico Moema", ocorrida no centro cultural do município, esteve sob o projeto de formação cultural das crianças do ensino fundamental e adolescentes do ensino médio. A proposta não era uma simples exposição de obras de arte, mas um processo de ensino de leitura de obras artísticas. A visita monitorada apresentou-se como uma estratégia importante da proposta.

O ponto culminante das ações de extensão da Unama no início do programa se deu com o redirecionamento do evento de ensino responsável para o município de Benevides. Até então, todos os eventos do ensino responsável da Unama haviam acontecido na capital do estado, Belém.

Em 2010, foi a primeira vez que o dia do ensino responsável se direcionou para um município diferente daquele onde a universidade tem sede. No dia do ensino responsável de 2010 foram realizadas conjuntamente 15 ações que envolviam as áreas de saúde (enfermagem, nutrição, terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia), negócios (economia, administração), letras e artes (cursos de escrita, pintura, coro cênico) e assistência social (serviço social, direito). Ao todo, no primeiro evento desse porte em Benevides, foram atendidas 1.100 pessoas em quatro horas de ação social. Destaque-se a participação de quatro instituições privadas e cinco instituições governamentais de fora do município que atuaram como parceiras nesse evento.

O quadro abaixo apresenta um resumo das primeiras ações realizadas (ou iniciadas) que se concentraram no segundo semestre de 2010. Destaque-se no quadro o número de professores e alunos envolvidos nas atividades integradas que cobrem diversas áreas de conhecimento e demonstram a concepção de desenvolvimento local assumido pelo programa, uma vez que envolvem ações de economia, saúde, criação de capacidades técnicas e cultura.

Ação	Objetivo	Nº de Professores Envolvidos	Nº de Alunos Envolvidos	Nº de Atendimentos
Orientação ao Trabalhador e Empreendedor	Prestar serviços gratuitos na área contábil, administrativa e jurídica.	07	14	50 pessoas
Exposição I: Sítio Histórico de Moema: Fotografias de Alunos do curso de Arquitetura e Fotografias Históricas de época.	Exposição	01	-	439 visitas
Oficinas sobre Habitação e saúde – construindo uma casa saudável	Capacitar agentes de saúde a identificar na habitação fatores de riscos à saúde	03	04	130 agentes de saúde
Oficinas sobre sexualidade e prevenção a gravidez	Orientação e prevenção a gravidez	03	16	196 alunos do Projovem
Dia do Ensino Responsável	Oferecer serviços a comunidade local			1.100 pessoas
Curso de Introdução a Sistemas de Informações Geográficas	Capacitar servidores públicos para a utilização do Sistema de Informações Geográficas	01	02	20 servidores públicos
Visitas técnica a cooperativa de Flores de Benevides	Integrar o ensino de graduação (administração; Ciências sociais) e Mestrado(Administração) através de atividades de pesquisa de campo	06	17	
Apresentação do Coro Cênico (Natal)		03	20	

Figura 5 – Ações de extensão realizadas em 2010 – segundo semestre

Fonte: Relatório 2010 Programa Município Sustentável

As primeiras ações de extensão e pesquisa criaram as bases para aproximação do programa (da universidade) do governo local, a sociedade civil e a iniciativa privada sob a perspectiva da construção de capital social. O objetivo central das primeiras ações não era tão somente atender as demandas das comunidades, mas, também, aproximar todos os potenciais parceiros do programa e ao mesmo tempo criar as bases de confiança entre os atores sociais envolvidos no elemento fundamental do capital social. A equipe do programa assumiu o pressuposto teórico de Fowler (1997) e Harris (2000) de que a confiança entre os atores sociais é fundamental para a construção da autêntica parceria. Se o programa pressupõe a parceria, a construção da confiança é condição para que a cooperação aconteça.

Ao passo em que as ações de extensão foram acontecendo, se iniciaram os levantamentos e pesquisa. O primeiro levantamento, denominado “mapeamento das organizações sociais e políticas de Benevides” objetivava elaborar um perfil do terceiro setor no município a fim de propor formas de organização dos mesmos para que atuem como efetivos representantes da sociedade civil. Ao mesmo tempo, esse levantamento objetivava atrair esse segmento para engajamento na proposta de programa. De posse do quadro das organizações locais da sociedade civil buscar-se-á envolvê-las no processo de análise territorial e planejamento municipal. Como o programa está elaborado sob a perspectiva da participação de todos os atores sociais locais, a identificação desses atores se apresenta como fundamental.

O segundo levantamento, ainda em andamento, denomina-se “mapeamento das organizações empresariais”. Em função da rápida transformação territorial caracterizada pelo acelerado crescimento populacional, inúmeros pequenos negócios surgiram no município.

Esses negócios não estão devidamente organizados, mas são extremamente importantes para a economia do município. Esse levantamento, além de subsidiar o governo municipal para o planejamento territorial, contribuirá para que o programa atraia novos parceiros da iniciativa privada. O programa assume o pressuposto que o setor empresarial é fundamental para alavancar um processo de crescimento econômico que, se por um lado não significa desenvolvimento, por outro lado é condição para que ele aconteça (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007).

A dimensão educacional é uma das peças-chave no processo de construção de um município sustentável. É pela educação que se promove o que Sen (1999) denomina construção de capacidades e Fowler (1997) argumenta diminuir o desequilíbrio de poder dentro de um sistema social. Assim, um dos projetos de pesquisa-ação iniciado tem por objetivo diagnosticar e planejar a educação básica municipal com a finalidade de atender os indicadores de qualidade do ensino fundamental propostos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Esse projeto, desenvolvido em conjunto com os dirigentes e conselheiros das escolas visa a identificar e atuar nos fatores críticos das escolas envolvendo, dentro dos aspectos pedagógicos, currículos, aperfeiçoamento de professores, capacitação de técnicos, merenda escolar, dentre outros. Todavia, esse diagnóstico ultrapassa os limites escolares e busca entender os fatores extraescolares que influenciam no desempenho dos alunos.

O projeto, ora em execução, envolve todas as escolas de ensino fundamental do município e abará os bairros e comunidades mais distantes. Para isso, o projeto conta com financiamento

externo à universidade e governo local. Como derivado desse projeto da dimensão educacional, uma aluna de mestrado traçou sua dissertação para analisar a qualidade nutricional da merenda escolar e seu impacto no processo de aprendizagem. A questão central da dissertação está ligada ao tema segurança nutricional.

Sob o viés da produção agrícola do município para a merenda escolar, o programa identificou uma lacuna na oferta de produtos alimentícios por parte das comunidades locais. Em Benevides já há constituída uma cooperativa de produtores que organiza a produção agrícola para vender ao governo local e suprir as necessidades da merenda escolar. Entretanto, de acordo com os primeiros levantamentos realizados, a produção agrícola local não tem capacidade de

Ação	Objetivo	Nº de Professores Envolvidos	Nº de Alunos Envolvidos
Mapeamento das Organizações Sociais e Políticas	Realizar um mapeamento das organizações sociais e políticas do município	02	20
Diagnóstico e Planejamento Participativo da Educação Básica	Analisar os fatores críticos de desenvolvimento escolar da educação básica	04	04
Mapeamento das Organizações empresariais	Realizar um mapeamento das organizações empresariais do município	03	20
Qualidade nutricional e merenda escolar – dissertação de mestrado	Entender em que medida a merenda escolar tem proporcionado qualidade nutricional e influenciado no processo de aprendizagem	01	01

Figura 6 – Ações de pesquisa iniciadas em 2010 – segundo semestre

Fonte: Relatório 2010 Programa Município Sustentável

atender a demanda do próprio município. Assim, a equipe de pesquisadores da Unama articulou um convênio de cooperação com a Embrapa para desenvolver um projeto de transferência de tecnologia para a produção de frutas, hortaliças e leguminosas em áreas de pequeno porte e, em particular, em áreas urbanas e periurbanas. A centralidade da proposta gira em torno da equipe da Unama em organizar associações de produtores, em especial em áreas de assentamento e ocupação urbana e periurbana e da Embrapa em transferir a tecnologia de produção. Pretende-se que a produção realizada seja repassada para a cooperativa e esta oferta para o governo local para o suprimento da demanda da merenda escolar. O projeto está em fase de captação de recursos externos para implantação, entretanto já há a manifestação de um órgão do governo estadual (Pararural) para financiar os produtores no processo produtivo assim que os mesmos absorverem a tecnologia transferida pela Embrapa.

O desenho dessa proposta demonstra o estabelecimento de uma rede de cooperação entre órgãos do governo (federal, estadual e municipal), universidade, instituição privada e sociedade civil para o alcance de um objetivo específico que pode desencadear uma série de resultados positivos para todos os agentes envolvidos. Como McQuaid (2000) estabelece, a parceria é concebida quando dois ou mais atores sociais juntam diferentes recursos para atingir um objetivo que seja de interesse de todos aqueles que nela estão envolvidos.

Em 2011 e parte de 2012 várias outras ações de extensão e pesquisa foram desencadeadas como forma de deixar o programa efetivo na sociedade e propiciar um ambiente de confiança entre os atores envolvidos. Os quadros que seguem demonstram novas ações realizadas.

Ação	Objetivo	Nº de Professores Envolvidos	Nº de Alunos Envolvidos	Nº de Atendimento
Cultura: curso de Regência municipal	Capacitar regentes para conduzir o coro municipal	01	02	06
Oficinas de Prevenção ao uso de drogas	Prevenção ao uso de drogas	05	15	166 alunos do Projoovem.
Ações de Saúde	Oferecer serviços na área da saúde na localidade de Murinin	20	48	400
Levantamento do Patrimônio Histórico de Benevides por Fotografias e Gravuras. Exposição Bem Fica a Imagem	Levantamento do patrimônio histórico de Benevides Exposição de gravuras e fotografias do patrimônio histórico de Murinin	03	150	-
Exposição De olho no Boi	Expor imagens e fotografias do grupo folclórico "Boi de São Caetano de Odvelas"	02	02	600
Dia do Ensino Responsável	Oferecer serviços de saúde, educação, economia e outros	40	98	1.200
Psicologia vai a praça	Informar à comunidade em geral sobre questões antimanicomial	01	45	180
Conselhos Escolares	Capacitar famílias e líderes para a criação dos Conselhos Escolares	01	01	45
Análise da estrutura viária do Centro de Benevides	Identificar os entraves do trânsito no Bairro centro	01	40	
Mimi Centro Cultural em Juquiri	Elaboração do projeto arquitetônico	02	02	01 escola
Casamento Comunitário	Oficializar gratuitamente casamentos com efeito civil	02	06	128
Atendimento Jurídico	Pedidos de pensão alimentícia	02	08	11
Atendimento Jurídico	Pedidos de Divórcio	02	08	35

Figura 7 – Ações de extensão realizadas em 2010 – segundo semestre

Fonte: Relatório 2010 Programa Município Sustentável

Análise Territorial Integrada e Planejamento do Desenvolvimento Municipal

As bases iniciais para a Análise Territorial Integrada (ATI) já foram construídas com a aproximação de diversos atores sociais e a constituição inicial de elementos fundamentais de confiança. Um dos grandes desafios que o programa passa agora a enfrentar é colocar todos os atores sociais em um mesmo ambiente para a realização da ATI e para o planejamento municipal (PMDS).

Como em qualquer sociedade, há uma diversificação de atores que, conseqüentemente, exercem diferentes tipos de poder. A cooperação e a parceria no contexto de um planejamento municipal pressupõem compartilhamento de poder entre os atores envolvidos (VASCONCELLOS, 2009). Entretanto, tal compartilhamento está vinculado aos interesses e objetivos de cada ator social. Uma das grandes preocupações da equipe é não deixar que aconteça o que Olson (1965) constatou em suas pesquisas em que, em espaços de disputa de poder, há grandes possibilidades de que interesses individuais se sobreponham a interesses coletivos. Isso significa que a definição clara do objetivo que se quer alcançar a partir do diagnóstico e do planejamento é condição *sine qua non*.

Chambers (2005) argumenta que em um processo participativo de construção de diagnóstico e planejamento, um dos pontos fundamentais é a definição de um consenso mínimo entre os atores sociais. Diante do quadro de pobreza, crescimento urbano acelerado e rápida transformação socioterritorial de Benevides, torna-se necessário o estabelecimento de um consenso mínimo que foque a população mais carente como objetivo do desenvolvimento.

No sentido de organizar as informações sobre a área social, o Programa realizou um diagnóstico sobre demografia, saúde, educação, trabalho e assistência social. Esse diagnóstico, elaborado por um conjunto de quatro professores (dos cursos de serviços social, economia, ciências sociais e fonoaudiologia), contou com a participação de uma ex-aluna da instituição. Com base nesse documento, está programado para acontecer nas dependências da universidade uma reunião de análise do diagnóstico e construção do planejamento social municipal. Essa reunião será mediada por uma professora da universidade. O objetivo da mediação é construir o consenso mínimo entre os atores sociais (conselheiros) para implementação de uma estratégia de desenvolvimento social para o município.

O mapeamento das organizações sociais e políticas, assim como o levantamento das organizações empresariais, ora em conclusão, tem como finalidade identificar todas as organizações existentes no município e que representam as diversas coletividades existentes em Benevides. O reconhecimento da existência de diversas coletividades no município é um importante fator para implantação de um modelo de sustentabilidade (VASCONCELLOS; ROCHA; LADISLAU, 2009). O processo tem sido lento na medida em que na construção da ATI existe o traçado metodológico de que os atores sociais sejam os principais responsáveis pelo diagnóstico e planejamento.

O papel da Unama é de facilitador do processo e de organizador das ideias em forma de documentos. A Unama não irá fazer, por ela mesma, o planejamento, embora esteja organizando dados secundários existentes sobre o município como forma de subsidiar a

construção da ATI. A Unama quer se apresentar apenas como mais um ator no processo de desenvolvimento do município.

A Análise Territorial Integrada requer, por um lado, a transparência dos dados e informações para que todos os atores sociais conheçam a realidade presente. Entretanto, não se pode desconsiderar que, por outro lado, o compartilhamento de dados e informações pode representar a fragilização de poder daquele que o exerce baseado nessas informações.

A equipe da Unama tem tido um cuidado especial na forma de disponibilização dos dados e informações coletadas sobre o município. Embora a maioria desses dados sejam públicos, a população em geral não tem tido acesso sobre eles. Isso porque o quadro de engajamento da população nos processos de planejamento e de decisão no município ainda é bastante pequeno. A equipe do programa reconhece que na implantação de um modelo de desenvolvimento territorial, cooperação e conflito fazem parte do mesmo cenário (VASCONCELLOS, 2009). Por esse motivo é que iniciativas de cooperação são potencializadas e possibilidades de conflito são minimizadas. Assim, os dados e informações devem ser usados apenas dentro do contexto do diagnóstico e planejamento evitando-se, assim, o uso político dos mesmos.

Ainda que já tenham sido instituídos alguns conselhos municipais de controle social, estes ainda passam por uma fase de amadurecimento de seus papéis diante suas responsabilidades. A equipe do programa já vislumbrou a necessidade de oferecimento de uma ação de extensão universitária que se direcione para capacitação dos conselheiros e fortalecimento de suas ações.

Ademais, a construção de novos formatos de fóruns, não somente sob a perspectiva de controle social, mas também de planejamento e governança, é um dos objetivos do programa.

Considerações conclusivas: a Unama enquanto ator do desenvolvimento municipal

Para a consecução de um modelo de município sustentável, é preciso reconhecer a necessidade de construção de um novo padrão de escolhas e comportamento dos atores sociais. E, nesse contexto, a universidade pode assumir um papel relevante. De fato, a Unama reconhece que seu papel na sociedade vai além de promover educação, realizar pesquisas e proporcionar ações de extensão. Seu papel, enquanto universidade é de ator proativo do desenvolvimento da sociedade a qual está inserida.

Sustentabilidade municipal se refere à construção de um ambiente positivo na relação entre recursos naturais, coletividades humanas e sistema produtivo. Assim, o reconhecimento da existência de diversas coletividades sociais e empresariais no município é um importante fator para implantação do modelo de Município Sustentável. Entende-se que os primeiros levantamentos e pesquisas realizados pelo programa são de fundamental importância para os passos seguintes de implantação do modelo de desenvolvimento que tem sido vislumbrado para Benevides.

Enquanto as coletividades são um importante componente da sustentabilidade, é necessário considerar os termos de como essas coletividades estão interagindo em Benevides. Partindo do

entendimento de que um Município Sustentável deve funcionar como um sistema integrado, ele requer uma estrutura em forma de gestão e governança que facilitem a interação dos diversos atores sociais da sociedade a qual fazem parte. De fato, é esta estrutura que intermedia a interação entre os atores sociais que compõem a sociedade. Tal estrutura, por sua vez, é orientada no campo da política pública. Isso leva a entender, então, que a busca da sustentabilidade municipal de Benevides passa necessariamente pelas escolhas políticas que os atores sociais, dentre os quais o próprio governo local, assumem.

No contexto do programa Município Sustentável, iniciativa inovadora para uma universidade, particularmente para uma universidade privada, a Unama assume um papel intermediador do diálogo entre o governo local, a sociedade civil e as organizações privadas. Buscando sempre consubstanciar uma efetiva parceria entre esses atores sociais, a Unama se apresenta como um novo ator do desenvolvimento. A parceria, até então, tem sido apresentada como a principal forma de se obter resultados positivos em um modelo de governança de uma sociedade.

A Unama escolheu Benevides para a experiência piloto por suas peculiaridades. As ações desenvolvidas no âmbito da pesquisa e extensão universitária tem se dado em dois horizontes diferentes e complementares. O primeiro, de ação imediata, que se refere ao atendimento de demandas sociais que a universidade pode cobrir por via da extensão universitária. As primeiras ações de extensão universitária têm demonstrado o quanto é elevada a demanda da população por serviços sociais. Por via dessas ações tem se buscado construir um arcabouço de confiança

entre os atores sociais de Benevides. Ou seja, a construção de capital social necessário à implementação de uma nova lógica de desenvolvimento.

O segundo horizonte, de longo prazo, via ATI e planejamento municipal, tem como finalidade contribuir para a mudança na estrutura do sistema integrado de Benevides. Envolve mudanças de comportamento. E, nesse caso, envolve aspectos de educação e cultura. No que tange aos aspectos econômicos e sociais, a preocupação centra-se na organização do espaço territorial, ou seja, a organização das atividades produtivas e sociais de Benevides. Para tal, o programa se preocupa, também, com a capacidade institucional do município. As ações de capacitação dos técnicos do governo local caminham nessa direção.

A iniciativa está lançada, embora os desafios sejam muitos. Acredita-se, entretanto, que a parceria entre a universidade, governo local, sociedade civil e iniciativa privada é um caminho profícuo para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento municipal: Município Sustentável.

Referências

BENEVIDES (Município). *Plano diretor do município de Benevides*. Benevides, PA, 2006.

BEBBINGTON, A.J.; FARRINTON, J. NGO-government interaction in agriculture technology development. In: EDWARDS, M.; HULME, D. (eds.) *Making a difference: NGOs and development in a changing world*. London: Earthscan Publications, 1997.

BOOTH, D. Bridging the macro - micro divide in policy-oriented research: two African experiences. In: EADE, D. (ed.). *Development methods and approaches: critical reflections*. London: Oxfam, 2003.

BORDIEU, P. *The field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press, 1993.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/index.asp. 2007. Acesso em: 01 fev. 2010.

CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.

CHAMBERS, R. *Whose reality counts? Putting the first last*. London: IT Publications, 1997.

CHAMBERS, R. Spreading and self-improving: a strategy for scaling-up. In: EDWARDS, M.; HULME, D. (eds.). *Making a difference: NGOs and development in a changing world*. London: Earthscan Publications, 1997

HULME, D. *Ideas for development*. London: Earthscan, 2005.

DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205> .2009. Acesso em: 01 fev. 2010.

DISTRITO de Murinim elege comissão que vai cuidar da emancipação. *O Liberal*, 29. jan. 2009, Caderno Poder.

EVANS, P. government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. In: EVANS, P. *State-society*

synergy: government and social capital in development. Berkeley: University of California, 1997.

FARRINGTON, P.; BEBBINGTON, A. *Reluctant partners?: non-governmental organizations, the state and sustainable agricultural development*. London: Routledge, 1993.

FISHER, E.; HOLLAND, J. Social development as knowledge building: research as a sphere of policy influence. *Journal of International Development*, 2003, 15: 911-924.

FOWLER, A. *Striking a balance: a guide to enhancing the effectiveness of non-governmental organizations in international development*. London: Earthscan, 1997.

HARRISS, J. Working together: the principles and practice of co-operation. In: ROBINSON, D; HEWITT, T.; HARRISS, J. (Eds). *Managing development: understanding inter-organizational relationships*. London: Sage and The Open University.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro; 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem populacional*. Rio de Janeiro, 2007

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa populacional*. Rio de Janeiro, 2009.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMZÔNIA. *Belém sustentável*. Belém, PA, 2007.

KELLY, G. ; STEED, L. Community coping with change: a conceptual model. *Journal Community Psychology*. 2004, 32 (2): 201-216.

LISTER, S. Power in partnership? an analysis of an NGO's relationships with its partners. *Journal of International Development*, London, p. 219 -225, dez. 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MELLO, Ricardo Ferreira de. Desenvolvimento local enquanto ferramenta para o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais. Disponível em: www.rededlis.org.br/. Acesso em: 19 fev. 2007.

MCQUAID, R.W. The theory of partnership: why have partnerships?. In: OSBORNE, S. P. (Ed.) *Public-private partnerships: theory and practice in international perspective*. London, Routledge, 2000.

NELSON, N.; WRIGHT, S. *Power and participatory development: theory and practice*. London: Intermediate Technology Publications, 1995.

OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Agriculture credit and the build-up of social capital in the Brazilian Amazon frontier. *Workshop in Political Theory and Policy Analysis*. Indiana University: Thomas Ludewigs, 2002.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SEN, A. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

TENDLER, J. *Good government in the tropics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade. Belém, PA: Editora Unama, 2007.

VASCONCELLOS, A. M. A.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. *Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 207-230.

VASCONCELLOS, M. *Partnership for local development: the relationship between government and local organizations in two areas of North-East of Pará, Amazonia, Brazil*. Mauritius: VDM Publishing House, 2009.

VASCONCELLOS, M.; ROCHA, Gilberto de M.; LADISLAU, E. Introduzindo o debate sobre o desafio político da sustentabilidade urbana. In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, Gilberto de M.; LADISLAU, E. (Orgs.). *O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém*. Belém: NUMA/UFPA, 2009. v. 1, p. 11-30.

UPHOFF N. et al. *Reasons for success: learning from instructive experiences in rural development*. New Delhi: Vistaar Publications, 1998.

WIKIPEDIA. Localização de Benevides. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Benevides>. Acesso: 01 fev. 2010.

Mediação escolar – inclusão de jovens e fortalecimento de líderes pelo diálogo e pela arte

Lília Maia de Moraes Sales*

Introdução

A escola é um lugar onde diariamente convivem adolescentes com diferentes características, educações, religiões e personalidades. Entre tantas diferenças, é natural que surjam divergências das mais diversas espécies, e que se mal administradas podem resultar em grave violência física, moral e psicológica.

* Vice-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Fortaleza. Pós-doutora pela Universidade de Columbia. lilia@unifor.br

Últimas publicações:

NETO, Adolfo Braga (Org.); SALES, Lília Maia de Moraes (Org.). *Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extrajudiciais de resolução de conflitos*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2011. v. 1. 338 p.

SALES, Lília Maia de Moraes. Processo de inovação social efetivador da dignidade humana o estudo teórico e prático da mediação de conflitos como mecanismo de empoderamento humano. In: Narciso Leandro Xavier Baez (Brasil), Gerson Luiz Carlos Branco (Brasil), Marcelo Porciuncula (Espanha). (Org.). *A Problemática dos Direitos Humanos Fundamentais na América Latina e na Europa: desafios materiais e eficaciais*. 1 ed. Juazeira: Editora Unoesc, 2012, v. 1, p. 321-340.

Diariamente, notícias sobre violência nas escolas são veiculadas em jornais escritos e televisionados, confirmando essa má administração, de modo a alarmar a sociedade, conclamando-a a encontrar caminhos para a solução desses problemas.

A violência e a falta de diálogo destroem os vínculos existentes entre esses adolescentes, tornando-os cada vez mais individualistas e indiferentes à existência do próximo. O adolescente exclui e é excluído. É ao mesmo tempo agente e vítima da violência. Pela impaciência e intolerância (às vezes atribuídas à idade), é estigmatizado pela sociedade, em razão da dita “rebeldia sem causa” (ou pela incompreensão). Como consequência, a eles é atribuída pouca credibilidade. Esses fatos minimizam o potencial do adolescente e criam um ciclo vicioso de exclusão e pouca participação, destruindo sua autoestima.

A má administração dos conflitos na escola e a falta da credibilidade no protagonismo juvenil contribuem para uma sociedade onde os adolescentes não possuem voz, nem são preparados para ouvir. Não escutam, nem são ouvidos. Não são levados em consideração, nem consideram. A anarquia e a violência acabam sendo um canal para expressar valores ou revoltas.

Nesse contexto, surge a proposta da capacitação e multiplicação dos princípios da mediação de conflitos nas escolas, para empoderar e incluir adolescentes, tornando-os empreendedores do diálogo e da pacificação dos conflitos, valendo-se da arte como forte aliada na compreensão do conteúdo discutido e na exteriorização do conhecimento.

A mediação de conflitos é um procedimento consensual de solução de controvérsias, por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. O diálogo participativo, que é o caminho a ser seguido para se alcançar essa solução, deve ter como fundamentos o ganho mútuo, a visão positiva do conflito e a cooperação entre as partes.¹

A mediação praticada nas escolas, apresentando os adolescentes como protagonistas dessa atividade, mediando e sendo mediados, permite a todos os seus atores uma educação que privilegia a convivência pacífica e solidária, porquanto procura estimular entre as partes o respeito às diferenças, colaborando para o surgimento da igualdade, da justiça e do desenvolvimento humano.

A mediação escolar e seus princípios possuem como objetivos: desenvolver uma comunidade na qual os alunos desejem e sejam capazes de praticar uma comunicação aberta; ajudar no desenvolvimento de uma melhor compreensão da natureza dos sentimentos, capacidades e possibilidades humanas; contribuir para que os alunos compartilhem seus sentimentos e sejam conscientes de suas qualidades e dificuldades; possibilitar aos alunos o fortalecimento da autoconfiança; desenvolver no aluno a capacidade de pensar criativamente sobre problemas e a começar a prevenir e solucionar conflitos.

1 Para se ter mais conhecimentos sobre Mediação de Conflitos vide: *Mediare* – um guia prático para mediadores, de Lília Sales; *O que é mediação de conflitos*, de Adolfo Braga Neto e Lia Sampaio; *Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição*, de José Luis Bolsan de Moraes e Fabiana Marion Splenger; *Teoria e prática da mediação/ Mediação: guia para usuários e profissionais/ Mediação de Conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, de Juan Carlos Vezzulla; *O ofício do mediador*, de Luis Alberto Warat.

O estudo e a prática da mediação de conflitos e dos direitos humanos refletem a educação em valores e incitam mudanças positivas e fortalecedoras dos seres humanos, pois estimulam a interação entre as pessoas por meio do diálogo, da reflexão sobre a tolerância, do respeito ao próximo, promovendo uma cultura de inclusão e pacificação social. O empoderamento do jovem por meio da educação em valores, fundada na mediação de conflitos e nos direitos humanos, encontra na arte uma aliada para o autoconhecimento, facilitação e exteriorização do aprendizado, o que pode representar um processo de inovação marcante e impactante para uma sociedade mais livre, justa e solidária.

A capacitação em mediação de conflitos e sua multiplicação, devido as suas características, incluem, fortalecem e empoderam o ser humano (faz-se aqui um recorte para os adolescentes), de maneira a torná-lo responsável e participe direto de uma transformação de si mesmo (empoderamento) e do outro, por meio do diálogo e da construção coletiva.

Para Paulo Freire (1992), empoderamento é uma transformação interna, possibilitando pessoas ou instituições a realizarem mudanças que as fazem evoluir. Os indivíduos deixam o polo passivo e passam a ocupar o polo ativo de suas vidas, fazendo com que eles mesmos sejam autores da própria história, com poder de decisão e consciência sobre seus atos. Aponta para um sentido transformador. Não uma mudança proporcionada exclusivamente por alguém em relação à outra pessoa quando se “dá poder”; mas uma mudança que acontece na pessoa, por ela mesma, de dentro para fora, a partir de uma decisão consciente, crítica e alcançada pela reflexão e pela construção da conquista.

O empoderamento ocorre quando as pessoas apresentam mudanças significativas na forma de pensar e especialmente de agir. Em vez de apenas receber informações e reagir a elas, a pessoa passa a agir e a construir conjuntamente, a partir e além dessas informações. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005, p.58). Educar pelo empoderamento significa libertar. Libertar pelo diálogo participativo (FREIRE, 2005, p.89 - 139).

Projeto Mediação Escolar

Ciente da realidade do quadro de exclusão e de violência vivenciadas pelos adolescentes nas escolas brasileiras, da importância da mediação de conflitos na inclusão, da arte como vetor de otimização da compreensão e da exteriorização do conhecimento e, especialmente, na crença no potencial dos adolescentes como protagonistas de transformação (interna e externa) social, “Mediação Escolar”.

O projeto apresentado objetivou incluir, capacitar e empoderar adolescentes em mediação de conflitos e direitos humanos, desenvolvendo atividades de pesquisa e de multiplicação do aprendizado nas escolas, valendo-se da arte (aulas de teatro, expressão corporal) para a compreensão do conteúdo trabalhado e sua exteriorização. O projeto formou lideranças que, por meio do diálogo e da arte, transformaram as suas vidas, de seus colegas e de suas famílias.

O projeto teve início em novembro de 2010, quando foram selecionados 20 estudantes de escolas públicas estaduais de Fortaleza/CE, entre 14 e 18 anos de idade, para iniciarem as atividades de pesquisa sobre violência nas escolas e mediação escolar, como bolsistas de Iniciação Científica Júnior do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Projeto apresenta duas vertentes principais. A primeira vertente destina-se a incluir, capacitar e empoderar os alunos em mediação de conflitos, direitos humanos, cultura de paz e empreendedorismo, com o intuito de formar lideranças participativas, inclusivas e pacificadoras dentro das escolas.

Os alunos são capacitados, por meio de cursos (teóricos e práticos), em mediação de conflitos e direitos humanos (educação em valores), com o intuito de qualificá-los como lideranças participativas e inclusivas dentro das escolas, pacificando-se e pacificando. São ministradas aulas semanais (desde fevereiro de 2011), durante as quais discutem o conceito, os princípios e os objetivos da mediação, seu desenvolvimento nos vários espaços da sociedade, empreendedorismo, direitos humanos, além de estudarem casos reais de mediação que simulam situações do cotidiano, para um aprendizado prático.

A partir dessa atividade de capacitação e multiplicação do conhecimento e da formação voltada para a habilidade de solução pacífica de conflitos, reconhecimento e respeito às diferenças, os alunos passaram a apresentar comportamentos novos, solidários, voltados para uma cultura de paz, muitas vezes antes desconhecidos por eles.

A segunda vertente do Projeto da Mediação Escolar é a educação por meio da arte, que tem como objetivo tornar a arte instrumento facilitador da compreensão e da exteriorização do conhecimento adquirido durante as aulas de mediação de conflitos e reuniões pedagógicas.

Essa vertente visa a introdução do ensino e da vivência da arte, como elemento motivador do processo de aprendizagem ativa e participante do aluno. Não é pretensão encontrar o artista no adolescente, mas sim o desenvolvimento psíquico, motor e cognitivo na educação criativa.

Como atividades desenvolvidas, os alunos participam de aulas de interpretação vocal, expressão corporal, noções de estética, harmonia, descobrindo-se como indivíduos e como parte de um todo. Também realizam apresentações temáticas (sempre abordando os princípios da mediação de conflitos, da cultura de paz, da liderança), traduzindo, por meio de expressão artística, os resultados das aulas e das pesquisas desenvolvidas.

A escolha do grupo de alunos

Foram selecionadas cinco escolas públicas de Fortaleza, que participaram do Projeto Ronda Cultural. A escolha desse grupo de 20 alunos se deu a partir da experiência de projeto sob a coordenação da professora Lília Sales, realizada na Universidade de Fortaleza no Projeto Ronda Cultural, quando houve a possibilidade de convivência cotidiana com jovens de várias escolas públicas no município de

Fortaleza, e daí a percepção de estar diante de um grupo social excluído das oportunidades de mudança e de aprendizado, com potenciais e habilidades ignorados, mas sedento de aprendizado e de participação.

O fato de se vislumbrar a oportunidade de estimulá-los a descobrir o valor do diálogo, da mediação dos conflitos, dos direitos humanos e do seu potencial de liderança na construção de uma sociedade pacífica e justa, e a importância da discussão e vivências de valores com base numa cultura de paz, para a formação das futuras gerações foram fundamentais para a escolha desses adolescentes.

Identificação do problema

O problema era a realidade de jovens excluídos, discriminados, sem voz e que vivenciavam diariamente fortes e violentos conflitos escolares. A alternativa foi incluir, fortalecer e empoderar jovens por meio da pesquisa, dos estudos e da prática da mediação de conflitos e dos direitos humanos, formando lideranças pacificadoras e multiplicadoras do conhecimento em suas escolas, valendo-se da arte como forte aliada para a compreensão do conhecimento e da sua exteriorização.

Atividades realizadas

Em outubro de 2010, foi elaborado o projeto Mediação Escolar para a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (Funcap), com intuito de conseguir 20 bolsas de Iniciação Científica Júnior para o desenvolvimento das atividades do Projeto. A ideia de desenvolver uma pesquisa sobre mediação e violência nas escolas com os estudantes surgiu do fato de a pesquisa exigir o estudo continuado (pelo menos 1 ano), reflexivo e o desenvolvimento de metodologia de estudo e escrita, além de fortalecer os vínculos dos alunos com a Universidade de Fortaleza.

Em novembro de 2010, a equipe do projeto entrou em contato com os diretores das escolas e reuniu-se com os integrantes do Projeto Ronda Cultural para realizar a seleção dos bolsistas. Os alunos deveriam ter o perfil de assiduidade e boas notas. Em dezembro de 2010, foi realizada reunião com os pais ou responsáveis pelos alunos selecionados para explicar o que significava o projeto de Mediação Escolar e quais as atividades que seriam realizadas.

O curso foi montado a partir da melhor literatura brasileira e estrangeira sobre mediação de conflitos e direitos humanos. A arte teve o poder de facilitar a compreensão e sempre foi utilizada para otimizar o aprendizado. Em fevereiro de 2011, iniciou-se o curso de Mediação de Conflitos e Direitos Humanos que ocorreu durante todos os sábados no período da manhã. No curso foram expostos outros temas como *Bullying*, Transformações da família, Trabalho infantil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Drogadição, Violência contra a mulher, Empreendedorismo, Liderança juvenil, Comunicação, Vocação, Retórica, Oratória, Poder da gentileza, dentre outros.

Para acompanhar o que cada um estava vivenciando, inspirado pelo filme "Escritores da Liberdade," entregou-se a cada jovem um diário

para que eles, se quisessem, escrevessem sobre as experiências que estavam vivenciando. Ficou combinado que depois de um ano de projeto, se eles autorizassem, seria lido cada um.

Além das aulas, foram realizados vídeo-debates, com exibição de filmes e documentários na Videoteca da Universidade, com o escopo de fomentar o debate acerca dos temas expostos em sala de aula de forma crítica e lúdica com os alunos. Letras de músicas também eram discutidas, além de poemas.

Foram aplicados aproximadamente 700 questionários, pelos bolsistas do projeto em suas escolas. O questionário reporta-se ao ambiente escolar, com intuito de investigar e pesquisar os conflitos escolares, as dificuldades enfrentadas pelos alunos nas escolas, possíveis soluções para os problemas apresentados, quais seus sonhos e desafios.

As pesquisas foram discutidas e catalogadas ao longo do curso e subsidiaram artigos científicos escritos por eles. Foi um espaço onde a liderança, a confiança e o aprendizado foram muitos questionados e vivenciados.

Os alunos começaram a formar grupos de estudos, realizar palestras nas escolas e apresentar a pesquisa em várias salas. Com essas iniciativas os alunos espalhavam o conhecimento da mediação de conflitos e dos direitos humanos, despertando o interesse de outros colegas.

Em abril de 2011, surgiu a ideia do musical, influenciada pela apresentação final dos alunos no Projeto Ronda Cultural. A arte

auxiliaria na compreensão do conteúdo e na sua exteriorização. Inseriu-se a arte em sala de aula, perguntou-se aos alunos quais seus dons artísticos e quais os estilos musicais preferidos. Foi um momento de grande descontração, e logo dois alunos, Otávio Oliveira e Hadyda Letícia, começaram a cantar. Foi uma forte emoção sentida e naquele momento percebeu-se que haveria mesmo um musical.

De maio a dezembro, firmou-se parceria com professores (Caroline Holanda e Carlos Velásquez) do curso de Belas Artes da Universidade de Fortaleza para que ajudassem a aprofundar o conteúdo da arte no projeto de mediação. Também se explicou sobre o sonho do musical e eles acreditaram na ideia. A vertente da arte no projeto ganhou reforço.

A circulação por todos os ambientes da Universidade também foi uma atividade do projeto. Além do espaço cultural, os alunos visitaram frequentemente auditórios, videotecas, biblioteca, estúdios de rádio e TV, teatro, salas de aula, passeios pelo *campus*. Era sempre uma nova descoberta.

De julho a dezembro de 2011, os alunos participaram do curso de inglês e curso anual. O objetivo principal do curso é preparar os alunos para serem Jovens Embaixadores, que é um programa de parceria das embaixadas dos Estados Unidos e do Brasil, que possibilita aos escolhidos conhecer um pouco mais da cultura norte-americana e lidar com trabalhos comunitários e diplomáticos.

Em agosto de 2011, foram planejadas atividades intensivas nas escolas e foram organizadas mais palestras, rodas de conversa e

grupos de estudos. A resposta que os alunos trouxeram, em muitos momentos, foi que eles em geral possuem interesse de participar do projeto, que existem alunos muito isolados que poderiam ser inseridos na escola se fossem ouvidos. As atividades nas escolas fizeram com que os bolsistas “olhassem os colegas com outros olhos”. Passaram a perceber que não devem ficar apáticos, mas intervir de forma positiva e participativa. Essas atividades foram um pouco prejudicadas pela greve nas escolas públicas, que durou de agosto a outubro de 2011.

Em setembro e outubro de 2011, as aulas de mediação e elaboração de artigo científico foram intensificadas para a preparação de artigos para os Encontros “Mundo Unifor”, Feira de Ciências e Cultura da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) e Feira Estadual de Ciências e Cultura da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Artigos coletivos e questionários aplicados nas escolas foram catalogados, discutidos e serviram de base à elaboração de artigos.

Em setembro de 2011, os professores Carol Holanda, Carlos Velásquez e uma especialista em musicais apresentaram a empresa de arte e cultura 5 Elementos que participou ativamente na elaboração da proposta para conseguir apoio financeiro do Ministério da Cultura visando a realização do Musical.

Em outubro de 2011, discutiu-se em sala de aula os temas gênero, mediação, diferenças, desigualdades, discriminação, quando foi proferida a palestra – “Mulher de Atitude” – pela atriz Maria Paula. Na mesma oportunidade, ela lançou o seu livro de crônicas e

também proferiu palestra para o público dos projetos Flores do Bom Jardim e Mediação Escolar.

Durante duas semanas anteriores ao evento, discutiram-se as crônicas, falou-se em escrever um livro de crônicas, e brincava-se com eles, dizendo “quem sabe até a Maria Paula viria aqui falar sobre crônicas”. Os bolsistas, por sua vez, diziam, “ôôô professora, só sendo mesmo!”. O objetivo, com aquele momento, era mostrar que as coisas são atingíveis, mesmo que não pareçam.

No dia do evento, a professora Lília Sales fez uma palestra curta e discutiu-se sobre gênero, atitude, poder da gentileza, empatia, valorização do outro, multiplicação do conhecimento. Assistiram ao filme “De Pernas para o Ar”, em que Maria Paula é uma das protagonistas. Logo que o filme acabou, ao acender das luzes, informou-se sobre a surpresa que era a presença de uma psicóloga que debateria com todos eles o livro e o filme; de fato, Maria Paula é psicóloga.

Eles não tinham ideia que ela apareceria no palco. Foi emocionante! Houve um bate-papo e todos puderam falar e expressar o que estavam sentindo. A intenção era dizer “se acreditarmos, conseguiremos”. Muitos deles exclamaram: “Professora, agora não duvido de mais nada!” Além de suas falas, o brilho nos olhos de cada um nos mostrou que atingimos nosso objetivo.

Em outubro e novembro aconteceram apresentações dos trabalhos nos Encontros Científicos “Mundo Unifor”, Feira de Ciências e Cultura da Sefor e Feira Estadual de Ciências e Cultura da Secretaria

de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Momentos de muita superação. Falar em público, expor ideias, ouvir críticas. Foram momentos de muito aprendizado. Notava-se a vontade de expor quantas vezes fossem necessárias. Foi interessante perceber, muitas vezes, que os alunos universitários apresentam seus trabalhos, esperando a hora de terminar, como se aquele momento fosse uma formalidade, sem importância. Para os alunos do projeto, aqueles momentos eram únicos. Quanto mais perguntavam, mais eles queriam falar sobre o que estavam vivenciando.

Os alunos Otávio Oliveira e Suelem Moraes conquistaram o 2º Lugar na Feira de Ciências e Cultura da Sefor e 2º Lugar na Feira Estadual de Ciências e Cultura da Seduc. Foram dias muito especiais de debates e argumentação. Para eles, era um sonho se concretizando e para a equipe, a sensação de dever cumprido.

Ainda em novembro de 2011, saiu o resultado do edital do Ministério da Cultura e o projeto Mediação Escolar foi contemplado com o apoio para a realização do Musical. Será elaborado um Musical para ser exibido para cinco mil estudantes de escolas públicas do Ceará, em quinze teatros. O que antes era um desejo de expor os princípios da mediação de conflitos para centenas de alunos, a experiência, neste ano, estará sendo vista por milhares de estudantes. Antes dos espetáculos os alunos irão às escolas falar sobre a mediação, os direitos humanos, a experiência vivenciada e os resultados da pesquisa.

Em dezembro de 2011, realizou-se uma apresentação em que todos os alunos do projeto participaram com dança, percussão e Rap sobre

também proferiu palestra para o público dos projetos Flores do Bom Jardim e Mediação Escolar.

Durante duas semanas anteriores ao evento, discutiram-se as crônicas, falou-se em escrever um livro de crônicas, e brincava-se com eles, dizendo “quem sabe até a Maria Paula viria aqui falar sobre crônicas”. Os bolsistas, por sua vez, diziam, “ôôô professora, só sendo mesmo!”. O objetivo, com aquele momento, era mostrar que as coisas são atingíveis, mesmo que não pareçam.

No dia do evento, a professora Lília Sales fez uma palestra curta e discutiu-se sobre gênero, atitude, poder da gentileza, empatia, valorização do outro, multiplicação do conhecimento. Assistiram ao filme “De Pernas para o Ar”, em que Maria Paula é uma das protagonistas. Logo que o filme acabou, ao acender das luzes, informou-se sobre a surpresa que era a presença de uma psicóloga que debateria com todos eles o livro e o filme; de fato, Maria Paula é psicóloga.

Eles não tinham ideia que ela apareceria no palco. Foi emocionante! Houve um bate-papo e todos puderam falar e expressar o que estavam sentindo. A intenção era dizer “se acreditarmos, conseguiremos”. Muitos deles exclamaram: “Professora, agora não duvido de mais nada!” Além de suas falas, o brilho nos olhos de cada um nos mostrou que atingimos nosso objetivo.

Em outubro e novembro aconteceram apresentações dos trabalhos nos Encontros Científicos “Mundo Unifor”, Feira de Ciências e Cultura da Sefor e Feira Estadual de Ciências e Cultura da Secretaria

de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Momentos de muita superação. Falar em público, expor ideias, ouvir críticas. Foram momentos de muito aprendizado. Notava-se a vontade de expor quantas vezes fossem necessárias. Foi interessante perceber, muitas vezes, que os alunos universitários apresentam seus trabalhos, esperando a hora de terminar, como se aquele momento fosse uma formalidade, sem importância. Para os alunos do projeto, aqueles momentos eram únicos. Quanto mais perguntavam, mais eles queriam falar sobre o que estavam vivenciando.

Os alunos Otávio Oliveira e Suelem Moraes conquistaram o 2º Lugar na Feira de Ciências e Cultura da Sefor e 2º Lugar na Feira Estadual de Ciências e Cultura da Seduc. Foram dias muito especiais de debates e argumentação. Para eles, era um sonho se concretizando e para a equipe, a sensação de dever cumprido.

Ainda em novembro de 2011, saiu o resultado do edital do Ministério da Cultura e o projeto Mediação Escolar foi contemplado com o apoio para a realização do Musical. Será elaborado um Musical para ser exibido para cinco mil estudantes de escolas públicas do Ceará, em quinze teatros. O que antes era um desejo de expor os princípios da mediação de conflitos para centenas de alunos, a experiência, neste ano, estará sendo vista por milhares de estudantes. Antes dos espetáculos os alunos irão às escolas falar sobre a mediação, os direitos humanos, a experiência vivenciada e os resultados da pesquisa.

Em dezembro de 2011, realizou-se uma apresentação em que todos os alunos do projeto participaram com dança, percussão e Rap sobre

auxiliaria na compreensão do conteúdo e na sua exteriorização. Inseriu-se a arte em sala de aula, perguntou-se aos alunos quais seus dons artísticos e quais os estilos musicais preferidos. Foi um momento de grande descontração, e logo dois alunos, Otávio Oliveira e Hadyda Letícia, começaram a cantar. Foi uma forte emoção sentida e naquele momento percebeu-se que haveria mesmo um musical.

De maio a dezembro, firmou-se parceria com professores (Caroline Holanda e Carlos Velásquez) do curso de Belas Artes da Universidade de Fortaleza para que ajudassem a aprofundar o conteúdo da arte no projeto de mediação. Também se explicou sobre o sonho do musical e eles acreditaram na ideia. A vertente da arte no projeto ganhou reforço.

A circulação por todos os ambientes da Universidade também foi uma atividade do projeto. Além do espaço cultural, os alunos visitaram frequentemente auditórios, videotecas, biblioteca, estúdios de rádio e TV, teatro, salas de aula, passeios pelo *campus*. Era sempre uma nova descoberta.

De julho a dezembro de 2011, os alunos participaram do curso de inglês e curso anual. O objetivo principal do curso é preparar os alunos para serem Jovens Embaixadores, que é um programa de parceria das embaixadas dos Estados Unidos e do Brasil, que possibilita aos escolhidos conhecer um pouco mais da cultura norte-americana e lidar com trabalhos comunitários e diplomáticos.

Em agosto de 2011, foram planejadas atividades intensivas nas escolas e foram organizadas mais palestras, rodas de conversa e

grupos de estudos. A resposta que os alunos trouxeram, em muitos momentos, foi que eles em geral possuem interesse de participar do projeto, que existem alunos muito isolados que poderiam ser inseridos na escola se fossem ouvidos. As atividades nas escolas fizeram com que os bolsistas “olhassem os colegas com outros olhos”. Passaram a perceber que não devem ficar apáticos, mas intervir de forma positiva e participativa. Essas atividades foram um pouco prejudicadas pela greve nas escolas públicas, que durou de agosto a outubro de 2011.

Em setembro e outubro de 2011, as aulas de mediação e elaboração de artigo científico foram intensificadas para a preparação de artigos para os Encontros “Mundo Unifor”, Feira de Ciências e Cultura da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) e Feira Estadual de Ciências e Cultura da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Artigos coletivos e questionários aplicados nas escolas foram catalogados, discutidos e serviram de base à elaboração de artigos.

Em setembro de 2011, os professores Carol Holanda, Carlos Velásquez e uma especialista em musicais apresentaram a empresa de arte e cultura 5 Elementos que participou ativamente na elaboração da proposta para conseguir apoio financeiro do Ministério da Cultura visando a realização do Musical.

Em outubro de 2011, discutiu-se em sala de aula os temas gênero, mediação, diferenças, desigualdades, discriminação, quando foi proferida a palestra – “Mulher de Atitude” – pela atriz Maria Paula. Na mesma oportunidade, ela lançou o seu livro de crônicas e

Conflito, Adolescente e Mediação, no evento dos Destaques do Ano da Universidade de Fortaleza. Na apresentação teve interpretação musical de Otávio Oliveira, com “Planeta Água”, sobre a coletividade, interação e respeito às diferenças, e de Hádyda Letícia com “Como é grande o meu amor por você”. Foram momentos emocionantes, em que eles enfrentaram juntos o medo do palco, do erro, da exposição.

Em janeiro de 2012, os alunos estavam de férias e realizou-se um encontro com eles para conversar sobre as metas de 2012. Todos afirmaram a saudade da “família mediação”, como eles intitularam o projeto. Estavam ansiosos pela renovação das bolsas e para o início das atividades, que retornaram em fevereiro de 2012.

Resultados comprovados

Percebeu-se, claramente, com a experiência do projeto, como a educação transformadora (fundada nos princípios da mediação e direitos humanos, da pesquisa, multiplicação do conhecimento, tendo a arte como facilitadora do conhecimento e de sua exteriorização) “inclui” e “empodera”, fortalecendo o sentido de dignidade humana, nesse caso, dando vida a esse princípio.

Durante o projeto, muitos resultados objetivos foram alcançados: renovação das 20 bolsas de IC Júnior; concessão de mais 33 novas bolsas: desenvolvimento da pesquisa; publicações; aplicações de questionários; palestras; formação de grupos de estudos; apresentações artísticas; conquista de edital do Ministério da Cultura, subsidiando 15 apresentações públicas sobre o projeto para mais de 5.000 estudantes de escolas públicas.

Assim, listam-se os resultados científicos, premiações científicas, apresentações artísticas, resultados na participação como liderança e empoderamento.

Os resultados científicos se deram a partir das discussões sobre pesquisa, metodologia, ética, elaboração e aplicação de 700 questionários nas escolas, elaboração de trabalhos científicos, explicações sobre Fundações de Pesquisa (Funcap, Capes, CNPq). Os alunos enfrentaram situações novas, contextos novos, desafios que resultaram em atividades que os iniciaram na pesquisa científica. Elaboração de trabalhos científicos e apresentações desses trabalhos.

Houve, inclusive, premiações científicas com 2º lugar na Feira de Ciências e Cultura da (Sefor) – Otávio Oliveira e Suelem Moraes, com o artigo “Mediação Escolar”; e também com o 2º lugar na Feira Estadual de Ciências e Cultura da Secretaria da Educação do Ceará – (Seduc), com o artigo “Mediação Escolar”.

Os resultados artísticos consolidaram-se nas apresentações que expressaram os princípios da mediação, tais como as apresentações de danças e a apresentação musical da Hádya Letícia e do Otávio Oliveira em eventos na Universidade, e o início dos ensaios para as apresentações do Musical com o tema da mediação de conflitos (o título ainda não foi decidido), que será destinado a 5.000 estudantes de escolas públicas do estado do Ceará, em 15 apresentações públicas, em vários teatros da cidade de Fortaleza. O Musical será financiado pelo Ministério da Cultura.

Foram verificados também os resultados na participação como liderança e empoderamento. Os alunos bolsistas participaram da realização de aulas, palestras, grupos de estudos, nas escolas, aprimorando e multiplicando o conhecimento para centenas de colegas nas escolas. Essas atividades foram realizadas por todos os alunos.

Houve a participação da aluna Natália Santiago como delegada de evento nacional da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), com a missão de divulgar a mediação de conflitos nas escolas.

A partir das aulas de inglês, deu-se início à compreensão de que as fronteiras entre países podem ser diminuídas se quisermos. Em 2012, o aluno Francisco Arley participará do concurso Jovens Embaixadores, promovido pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Entre outros resultados que fortalecem o Projeto Mediação Escolar, citamos a renovação das 20 bolsas de Iniciação Científica/FUNCAP; concessão de mais 25 bolsas de Iniciação Científica/CNPq, mais que duplicando o número de alunos envolvidos diretamente. Em 2012, teremos, assim, 45 bolsistas do ICJunior, desenvolvendo todas essas atividades e espalhando a mediação de conflitos em várias escolas; aprovação pelo Ministério da Cultura de financiamento para o Musical sobre a mediação de conflitos e sobre o projeto em si.

Para 2012, pretende-se realizar todas as atividades descritas em 2011, montar um núcleo de Mediação de Conflitos na escola do

Corpo de Bombeiros como projeto piloto, onde os alunos bolsistas (com bolsas renovadas) serão monitores dos novos alunos e ainda estarão juntos com as professoras qualificando-os e monitorando as atividades.

Nas falas dos adolescentes, documentadas em vídeos, entrevistas e “diários de bordo” ao longo do projeto, no entanto, foi encontrada a melhor maneira de comprovar os grandes resultados do Projeto Mediação Escolar: inclusão; empoderamento; mudança de atitudes; solidariedade; sentimento de mudar uma realidade. Abaixo, algumas dessas falas:

“A Mediação está mudando sim! A minha vida, o jeito de falar, o jeito de viver, o jeito de ser, os conceitos que eu tinha sobre o mundo, sobre o Direito, sobre a faculdade, sobre a escola, está mudando, e a Mediação é algo assim, totalmente positivo, isso está mudando a minha vida. Eu estou vendo algo assim, que eu não conseguia ver, eu não conseguia querer estudar, é... ser alguém na vida, querer algo grande, eu sempre pensava pequeno e a Mediação tem ainda muito mais a me dar, muito mais a dar para as escolas públicas, para esse Brasil, mudar o mundo, é uma porta, de paz, de amor, de alegria, que pode ser usada como arma muito forte contra o preconceito, contra conflitos, a violência. Foi uma oportunidade na qual a gente tem que agarrar, tem que ir lá em frente, tem que lutar por aquilo, tem que dar o melhor de si, porque futuramente a Mediação vai ser algo esplêndido, diante do que a gente vive, do que a gente é, do que a gente pode ser. É isso!”. (Hádyda Letícia)

A mediação mudou muita coisa em minha vida, pois eu era uma pessoa que não tinha respeito com ninguém, não levava desaforo para casa e por isso tinha pouca amizade. Hoje sou uma pessoa superextrovertida e legal, e também sou louco e adoro ser assim!”. (Mediador escolar).

“Este curso de Mediação como um todo foi uma surpresa, percebi que a mediação é um método não só de resolução de conflitos, mas sim um meio de plantar a educação e respeito em cada pessoa que faz o curso. Ela nos transforma por completo, tanto no modo de pensar quanto na maneira de agir, em qualquer situação. Isso aconteceu comigo durante as aulas. Percebi que muito das minhas formas de reagir diante de um conflito estavam errados (não que eu fosse ruim) e que como ser humano eu tinha que mudar meus hábitos e pensamentos. Me fez refletir e trabalhar minha sensibilidade a ponto de entender que um diálogo conturbado não é a melhor forma de resolver um conflito. Ouvir os outros, trabalhar em equipe, ou seja, companheirismo é fundamental no caso de relações continuadas. Não que eu fosse algoz, pelo contrário, falo com todos na minha escola, no bairro, na família, enfim, apesar de ser calado, não gosto de afrontas, de pessoas que falam de mim sem me conhecer ou que gostam de fazer pirraça. Por isso, eu respondia, ainda que educadamente, de uma forma que as pessoas ficavam de cara no chão. Isso acontecia às vezes, porém o meu problema era não saber administrar aquela situação, meu método de defesa era responder e fazer com que aquela pessoa se calasse de uma vez. E agora, com o conteúdo das aulas, entendo que essa não é a melhor forma de reagir, e sim, fazer o contrário, investigando aquele indivíduo, porque ele fala de mim sem me conhecer, além de outras situações como dentro de casa, como eu querer uma coisa e meu pai e /ou minha mãe não querer comprar, antes eu ficaria com raiva, agora eu escuto o que ele tem a me dizer e compreendo que naquele momento não é possível efetuar compras desnecessariamente (...)” (Arley)

“Mediação é todo dia uma nova coisa que aprender (...) Para mim é um sonho fazer parte desse time, o time: ‘Família Mediação’. Não sei se superei as suas expectativas, mas uma coisa eu garanto à senhora, supero as minhas. Nunca imaginei que alguém pudesse mudar tanto e o intuito é mudar mais e para melhor”. (Otávio Oliveira)

Sobre a Arte (Curso e Teatro):

“Temos muitas coisas para contar pois o que acontece no teatro é único. É muito bom a minha professora Karol, (...) ela dá uma liberdade de expressão, com ela eu consigo não sentir vergonha de nada.” (Deborah)

“Antes eu era uma pessoa altamente tímida ao ponto de me esconder das pessoas com medo de falar e até mesmo de olhar para as pessoas. Mas depois do curso, tudo mudou. Hoje sou comunicativa, consigo olhar para as pessoas de forma sincera e sem medo (...)” (Rebeca)

Não foram apenas os alunos que sentiram essa inclusão. Expressamos aqui os resultados para a equipe de alunos e professores da Unifor que trabalham no Projeto Mediação Escolar:

“(...) Percebi que a transformação causada pelo projeto superava em muito o conhecimento, pois os atingia de maneira especial, na medida em que proporcionava a cada um deles a vontade de voltar a sonhar e a certeza de que eles poderiam transformar não somente suas vidas, mas a de outros adolescentes, através da mediação. Houve um dia em que os alunos Otávio e Suellem, ao descobrirem que iriam se hospedar em um hotel, por conta de um artigo sobre a mediação que eles haviam escrito, disseram que não acreditavam que eram eles que estavam vivendo aquela experiência e que não imaginavam como a mediação poderia levá-los tão longe. Ouvindo essas palavras eu sorri e lhes disse que nós já acreditávamos, e que eles deveriam fazer o mesmo. O projeto mediação escolar que se destinou a incluir os jovens, teve reflexo em suas famílias, amigos, colegas de escola, diretores e em todos nós que estávamos acompanhando o projeto, ocasionando mudanças até no simples gesto de dar um bom dia ou de receber um sorriso daquele aluno mais fechado.” (Thalyany Alves, professora do projeto Mediação escolar)

Conclusão

A transformação e a inclusão social acontecem quando se vivencia experiências que apontam soluções para as necessidades sociais. Ações que inovam para solucionar problemas da exclusão social, da falta de qualidade de vida e da falta de participação cívica e democrática.

A educação/capacitação em mediação de conflitos e direitos humanos como mecanismo de empoderamento humano evidencia-se como processo de inovação social e de inclusão, pois apresenta soluções para a promoção do empoderamento que facilita a consolidação da participação individual e coletiva nas soluções de conflitos, o fortalecimento do indivíduo para reconhecer e exercer amplamente a cidadania, o respeito à diversidade e à diferença.

Por requerer práticas de valorização da escuta, incita o diálogo de forma cooperativa, tendo a solidariedade como fundamento, instigando a valorização do ser humano como detentor de dignidade e do reconhecimento da legitimidade de si e do outro, requerendo atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças.

Os adolescentes participantes desse projeto são assim fortalecidos/empoderados com o conhecimento de forte relevância que os instigam a buscarem a multiplicação desse conhecimento, sempre em prol da melhoria de sua vida e da sociedade.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças. (2004) *Violências nas escolas*. 4ª ed. Brasília: UNESCO, Inst. Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAIDS, Fundação FORD, CONSED, UNDIME.

ARAKISTAIN, Mireia Uranga. (2004) *Experiências de mediação escolar em Gernika*. Disponível na internet: <http://www.edualter.org/material/euskadi/mediacion.htm>. Acesso em: 12 jul. 2004.

BENEDITA, Elsa Dulce Ferreira. (2004) *A Mediação em acção na Escola Básica 2 Frei Antônio Brandão*. Disponível na internet:

<http://www.campus-oei.org/revista/experiencias21.htm>. Acesso em: 26 set. 2004.

CORTI, Ada. (2004) *Mediação escolar: algo más que una técnica de resolución de conflictos*. Disponible na internet: <http://www.mediacioneducativa.com.ar/experien11.htm>. Acesso em 05 mai. 2004.

FREIRE, Paulo. (2002) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

JONES, Tricia S. (2005) *Conflict resolution education: goals, models, benefits and implementation*. Disponível na internet: <http://www.directionservice.org/cadre /pfriendly.cfm?id=715>. Acesso em: 12 fev. 2005.

OLIVERA, Mirta Gómez. (2004) *Técnicas de resolución de conflictos: por qué implementar programas de mediación escolar en las instituciones*

educativas? Disponível na internet: <http://www.mediacioneducativa.com.ar/experien14.htm>. Acesso em: 05 mai. 2004.

SALES, Lília Maia de Moraes Sales. (2004) *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey.

SALES, Lília. (2007) *Mediação de conflitos: Família, Escola e Comunidade*. Florianópolis: Conceito Editorial.

SALES, Lília. (2005) *Mediare – Um guia prático para mediadores*, Secretaria da Justiça e Cidadania, Fortaleza: Universidade de Fortaleza.

SALES, Lília. (1995) *The Optimistic Child: a proven program to safeguard children against depression and build lifelong resilience*. Boston: Mass Houghton Mifflin.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. (2002) *Guía de mediación escolar – programa comprensivo de actividades de 6 a 16 años*. Barcelona: Octaedro.

Normas para apresentação dos originais

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), por meio do *ABMES Cadernos*, publicará trabalhos sobre temas e questões de interesse específico das instituições de ensino superior associadas, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria da ABMES.

Os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação no *ABMES Cadernos*, observando as seguintes normas:

1. Título acompanhado do subtítulo, quando for o caso, claro, objetivo e sem abreviaturas;
2. Nome do autor e colaboradores por extenso, em itálico e negrito, com chamada (*) para rodapé, onde serão indicadas credenciais escolhidas pelo autor;
3. Dados sobre o autor – nome completo, endereço para correspondência, telefone, fax, *e-mail*, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimas publicações;
4. Resumo de dez linhas que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões;
5. Salvo casos absolutamente excepcionais e justificados, os originais não devem ultrapassar o limite de 15 a 20 páginas digitadas. O texto deverá ser enviado por e-mail (abmes@abmes.org.br);

6. Os títulos e subtítulos devem ser claramente identificados e hierarquizados por meio de recursos sucessivos de destaque, tais como: caixa alta (letra maiúscula) com sublinha; caixa alta sem sublinha; caixa alta e baixa com sublinha; caixa alta e baixa sem sublinha;
7. As citações a autores, no correr do texto, bem como nas referências bibliográficas, devem seguir as orientações da NBR10520 (Citações em documentos) e NBR6023 (Elaboração de referências);
8. As citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser iniciadas em letra maiúscula e as seguintes em minúscula, mas quando não houver a chamada na sentença, devem ser apresentados entre parênteses e com todos os caracteres em letras maiúsculas. Exemplo: De acordo com Barbosa (2002, p.26), "o protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". Ou: "O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". (BARBOSA, 2002, p.26) E, ainda na citação da citação: Analisando a marcha abolicionista no Brasil, perguntou-se à época: "o que nós queremos que o Brasil se torne? Para que é que trabalhamos todos nós, os que, com a opinião dirigimos seus destinos?" (RODRIGUES, 1871 apud BARBOSA, 2002, p. 115);
9. Obras do mesmo autor e do mesmo ano devem ser ordenadas em ordem alfabética, seguidas de letras do alfabeto: 1997a, 1997b, 1997c, discriminado-as, no corpo do texto, sempre que forem citadas;

10. Notas exclusivamente de natureza substantiva devem ser numeradas sequencialmente;
11. A primeira citação de nome ou título que tenha siglas e abreviações deverá aparecer registrada por extenso, seguido da sigla colocada entre parênteses. Se a sigla tiver até três letras ou se todas as letras forem pronunciadas devem-se gafar todas as letras da sigla em maiúsculas. Exemplo: CEF, MEC, BNDES, INSS. E as siglas de mais de três letras formando palavras devem aparecer em caixa alta e baixa. Exemplo: Unesco, Semesp, Funadesp;
12. As citações diretas, no texto, de mais de três linhas devem ser colocadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, na fonte 10, espaço simples e sem aspas;
13. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem aparecer em itálico.

Exemplos de Referências

1. Livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias*: poesia. Organizada por Manuel Bandeira. Revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 175p.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja*: espia na banda de fora. Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002. 221p.

COLASANTI, Marina. *Esse amor de todos nós*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 231p.

OLIVEIRA, José Palazzo et al. *Linguagem APL*. Porto Alegre: CPGCC da UFRGS, 1973. 15p.

2. Artigos em revistas

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência & Trópico*, Recife, v.11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

METODOLOGIA do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 162, p. 323-330, abr./jun. 1980.

3. Artigos em jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p. 6.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1985. p.11, c. 4.

4. Leis, decretos e portarias

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1 p.13.

5. Parte de monografias

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, O . B.; ABRANCHES, S. H. (Org.). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice, 1987.

6. Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos

MORGADO, M. L.C. *Reimplante dentário*. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para o *ABMES Cadernos*.

Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo 10 (dez) exemplares do número do *ABMES Cadernos*.

Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Esta obra foi composta em Univers 45 Light e impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda, no sistema off-set sobre papel polén soft 80g/m² miolo, com capa em papel Couchê Fosco 170g/m² para a ABMES, em agosto de 2012. Athalaia Gráfica e Editora Ltda. Fone: 61 3343-4100 – Fax: 61 3343-4101 e-mail (athalaia@athalaia.com.br).

